D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 2025
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXI Edição Nº 2352
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

É AMANHÃ! Vem aí a Festa do Morro São Sebastião!

Depois de anos, a tradicional festa do Morro São Sebastião estará de volta em Muriqui. O evento acontece entre os dias 29 e 31 de agosto e terá shows de Tiee e ImaginaSamba, entre outras atrações, área kids e circuito gastronômico.
Confira a programação abaixo e não fique de fora!

A festividade conta com incentivo da Funarj e apoio da Prefeitura de Mangaratiba, Fundação Mário Peixoto e o Governo do Estado.

Festa do Morro São Sebastião
Muriqui: Estrada RJ-014 (em frente a ProntoFarma)
A partir das 20h
Programação:
Dia 29: Tiee + Rafaela Ragazzi (atração local)
Dia 30: Pedro Felipe + Douglas Venas (atração local)
Dia 31: ImaginaSamba + Só Por Acaso (atração local)

Classificação Livre



PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
PAULO ROGÉRIO GONÇALVES ESCARANI

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
RODRIGO SANTOS BONDIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
NELSON LEITE DA SILVA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1° SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2° SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA DA SILVA
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

PORTARIA N.º 3296 DE 27 DE AGOSTO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2333/2023,
RESOLVE:
Exonerar, a pedido o(a) Senhor(a) DANIELLE DOS SANTOS LIMA, do Cargo de MERENDEIRO (A), matrícula n° 11258, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 25 de agosto de 2025, conforme processo n° 10896/2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 27 de agosto de 2025.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

PORTARIA N.º 3297 DE 28 DE AGOSTO DE 2025.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE".
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando a Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho, de 1990 e Lei n° 8.242, de 12 de outubro de 1991;
Considerando o disposto no art. 9° da Lei Municipal n° 34, de 20 de dezembro de 1991, no art. 9° da Lei Municipal n° 224, de 11 de julho de 2000, que regulamenta a composição e o mandato dos Conselheiros;
Considerando a nova composição de membros da Sociedade Civil e as indicações do Poder Executivo para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio de 2024 – 2026, onde tornam-se habilitados;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam nomeados Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

Secretaria Municipal de Assistência Social de Direitos Humanos
SANDRA GOMES MOTTA – TITULAR
ANDRESSA OLIVERA FRANÇA - SUPLENTE

Secretaria Municipal de Educação
FLAVIA LARA – TITULAR
CELIA MARIA DE ALMEIDA – SUPLENTE

Secretaria Municipal de Saúde
GREYCE DE MOURA COSTA – TITULAR
CRISTIANE DE LIMA E SOUZA – SUPLENTE

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Conselho Comunitário de Segurança
OSMAR VASCONCELOS ZOFILLI – TITULAR
JOSE CARLOS TAVARES – SUPLENTE

Espaço Cultural Messias Neiva
CINTIA NASCIMENTO DA SILVA NEIVA – TITULAR
CAYAN BEZERRA DOS SANTOS – SUPLENTE

Associação SH Jiu Jitsu Professor Serjão
CARLOS EDUARDO NUNES RAMOS – TITULAR
MELTIZA PERLA DE OLIVEIRA TEIXEIRA - SUPLENTE

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 28 de agosto de 2025.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

PORTARIA Nº 3298 DE 28 DE AGOSTO DE 2025.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA".
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO a Lei Federal n°. 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e do Decreto – Lei n°. 1.948, de 03 de julho de 1996;
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, 7º, 8º e 9º da Lei Municipal n° 253, de 19 de janeiro de 2001 que regulamenta a composição e o mandato dos Conselheiros;
CONSIDERANDO o resultado das eleições para membros da Sociedade Civil e as indicações do Poder Executivo para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2025, biênio de 2025 – 2027, de acordo com a Resolução n° 01/2025, onde tornam-se habilitados.
RESOLVE:
Art. 1° - Ficam nomeados os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

Conselheiros Titulares:
LUCIANA FERREIRA MACHADO
GLORIA MARIA DOS SANTOS
DAILTON ANTONIO DA SILVA
CRISTINA MARIA CONCEIÇÃO MOREIRA
CARMEM LUCIA HELENA RIBEIRO
MICHEL MEDEIROS

Conselheiros Suplentes:
REGINA GONÇALVES BRANDÃO
JOSE CARLOS TAVARES
ODETE MONTEIRO DO CARMO
SIMONE DA CONCEIÇÃO GUIMARÃES
CLAUDIA CRISTINA FERREIRA PINHO DA CONCEIÇÃO
IVAN DE OLIVEIRA MAIA FILHO

Art. 2° - Essa portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 26 de junho de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 28 de agosto de 2025.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

DECRETO Nº 5.178, DE 28 DE AGOSTO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA NA FORMA DO ART. 206 DA CRFB/88 E INCISO VIII DO 3º DA LEI Nº 9.394/96 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 92, VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Art. 1º A gestão democrática do ensino público municipal, prevista no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, no art. 197 da Constituição do Estado e no art. 3º, inciso VIII, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e regulamentada por este Decreto, consiste no conjunto de diretrizes, processos, instrumentos e mecanismos mobilizados para assegurar a participação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da gestão educacional das escolas municipais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação (SME), por conselhos, instâncias colegiadas e comunidade escolar.

Art. 2º A gestão democrática do ensino público municipal, no que se refere à educação básica, será implementada mediante a observância das seguintes diretrizes:

I - Gratuidade do ensino na rede pública municipal;

II - Autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão pedagógica, administrativa e financeira, observadas as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e disposições legais vigentes;

III - Livre organização dos segmentos da comunidade escolar, por meio de representação em órgãos colegiados;

IV - Transparência relacionadas às informações administrativas, financeiras e pedagógicas;

V - Eficiência no uso dos recursos;

VI - Garantia de perspectiva inclusiva para atendimento às pessoas com deficiência, altas habilidades e superdotação, respeito à diversidade de gênero, raça, cor e etnia;

VII - Respeito ao caráter laico da escola pública.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Parágrafo único. Entendem-se por segmentos da comunidade escolar, para os efeitos deste Decreto, aqueles compostos por:

I - Estudantes matriculados;

II - Pais e responsáveis legais dos estudantes matriculados;

III - Profissionais do Magistério em exercício na respectiva unidade escolar;

IV - Servidores públicos em exercício na unidade escolar.

Art. 3º A administração das unidades escolares será exercida por:

I - Equipe Gestora, composta por Diretor e Coordenador Pedagógico, de acordo com a portaria que estabelece a tipologia da unidade escolar e quantitativos de funcionários;

II - Conselho Escolar.

Art. 4º A gestão das unidades escolares será apoiada por instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação, alinhados às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, com vistas à melhoria da qualidade educacional e ao alcance das metas institucionais.

I - O Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, elaborado no primeiro ano de gestão da Equipe Gestora;

II - O Plano Anual de Ações e Metas, elaborado anualmente;

III - O Regimento Escolar, elaborado e/ou revisado conforme diretrizes da SME, com participação da comunidade escolar;

IV - Avaliações internas e externas de caráter diagnóstico e formativo.

Parágrafo único. As diretrizes e os modelos para a elaboração e a aplicação dos documentos mencionados neste artigo serão objeto de regulamentação pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação promoverá e coordenará, anualmente, a execução da avaliação externa, levando em conta o currículo, a Base Nacional Comum Curricular, as diretrizes legais vigentes e as políticas públicas voltadas à educação.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação externa serão anualmente divulgados pela Secretaria Municipal de Educação e comunicados a cada unidade escolar da rede pública municipal, servindo como base para reavaliação e aperfeiçoamento do Projeto Político-Pedagógico e do Plano Anual de Ações e Metas a serem utilizados nos anos subsequentes.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO PEDAGÓGICA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 6º A gestão pedagógica compreende o conjunto de ações e estratégias voltadas à promoção da qualidade do ensino e da aprendizagem, devendo ser desenvolvida em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e com a legislação educacional vigente.

Art. 7º A gestão pedagógica nas escolas municipais observará as seguintes diretrizes:

I - Promoção da melhoria contínua dos níveis de aprendizagem dos estudantes;

II - Respeito à equidade, diversidade e inclusão, em todas as dimensões do processo educativo;

III - Garantia da igualdade de condições para acesso e permanência na educação básica, em consonância com o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho;

IV - Envolvimento da comunidade escolar na construção e acompanhamento do processo pedagógico;

V - Avaliação contínua dos resultados educacionais, garantindo transparência nas ações e nos resultados obtidos;

VI - Promoção do desenvolvimento profissional dos professores por meio de formação continuada, alinhada aos currículos estabelecidos e às metodologias que atendam às necessidades dos estudantes;

VII - Eliminação de desigualdades e garantia de que nenhum estudante seja discriminado por motivo de raça, etnia, gênero, orientação sexual, condição socioeconômica, deficiência ou qualquer outra forma de exclusão;

VIII - Adoção de medidas com estratégias pedagógicas, sociais e intersetoriais para o atendimento e o apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Parágrafo único. Os indicadores de desempenho educacional, incluindo as taxas de aprovação, evasão escolar e os resultados das avaliações externas, deverão ser divulgados de forma clara, objetiva e acessível à comunidade escolar, respeitando os princípios da transparência e do direito à informação.

Art. 8° O Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar deverá ser reavaliado no início de cada nova gestão da Equipe Gestora e sempre que houver necessidade de adequação à legislação superveniente.

§1º O Projeto será revisado mediante solicitação do Conselho Escolar, devendo a Equipe Gestora analisar a pertinência das alterações com base nas diretrizes pedagógicas, na legislação vigente e na realidade da unidade, garantindo a participação da comunidade escolar no processo.

§2° A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela análise técnica do Projeto Político-Pedagógico, com vistas à sua conformidade com as diretrizes curriculares,

legais e institucionais, emitindo parecer orientador sempre que necessário.

§3º O Projeto Político-Pedagógico será o principal orientador da elaboração do Plano Anual de Ações e Metas da unidade escolar, a ser desenvolvido após a designação da Equipe Gestora.

§4º O descumprimento injustificado e recorrente das ações previstas no Projeto Político-Pedagógico, devidamente apurado por meio de processo avaliação com garantia de contraditório e ampla defesa, poderá acarretar a substituição da Equipe Gestora.

CAPÍTULO III
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 9º A gestão administrativa escolar compreende a elaboração, execução e monitoramento do Plano Anual de Ações e Metas, bem como o zelo e a manutenção do patrimônio público, como condições fundamentais para garantir um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

Art. 10 A autonomia administrativa das escolas públicas municipais será garantida por meio da designação formal de sua Equipe Gestora, responsável pela condução das ações planejadas e pela gestão dos recursos e processos administrativos da unidade escolar.

Art. 11 O Plano Anual de Ações e Metas para o próximo ano letivo deverá ser construído com base no Projeto Político-Pedagógico.

§1º O Plano Anual de Ações e Metas deverá ser apresentado à Secretaria Municipal de Educação até o 15 de março de cada ano letivo.

§2º A avaliação do Plano deverá ser realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

§3º O não cumprimento injustificado do Plano Anual de Ações e Metas, apurado em processo de avaliação pela Secretaria Municipal de Educação, poderá resultar na destituição da função do Diretor e/ou do Coordenador Pedagógico, conforme critérios previamente estabelecidos e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 12 A gestão financeira compreende o planejamento, a execução e a prestação de contas dos recursos financeiros destinados à unidade escolar, por meio de sua unidade executora, e abrange todos os recursos recebidos ou gerados, independentemente da sua origem.

Art. 13 A prestação de contas dos recursos públicos será submetida à apuração e controle nos termos da legislação vigente. O descumprimento de normas legais e

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

regulamentares poderá ensejar a responsabilização do Diretor, inclusive por ato de improbidade administrativa ou crime de responsabilidade, conforme o caso.

CAPÍTULO V
DOS CONSELHOS ESCOLARES E FÓRUM DOS CONSELHOS ESCOLARES

Art. 14 Fica estabelecido, neste Decreto, as disposições necessárias às instituições dos Conselhos Escolares e do Fórum dos Conselhos Escolares das Unidades de Ensino da Rede pública Municipal de Educação de Mangaratiba, de acordo com os artigos 205 e 206, inciso VI da Constituição da República e o artigo 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme a redação dada pela Lei Federal nº 14.644, de 02 de agosto de 2023.

Art. 15 A autonomia do Conselho Escolar será exercida nos limites da legislação em vigor e pautada pelo compromisso com a democratização da gestão escolar, bem como a garantia do de acesso e permanência de todos os que têm direito à educação pública.

SEÇÃO I
DA FINALIDADE E NATUREZA

Art.16 O Conselho Escolar garantirá a gestão democrática do ensino público municipal, por meio da participação da comunidade escolar na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos administrativos e pedagógicos da ação educativa da unidade escolar.

Art. 17 O Conselho Escolar possui natureza deliberativa, cabendo-lhe, no âmbito de suas competências, estabelecer diretrizes e critérios gerais relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, em consonância com a política educacional da Secretaria Municipal de Educação, participando de forma socialmente responsável da implementação de suas deliberações.

SEÇÃO II
DOS OBJETIVOS DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 18 O Conselho Escolar terá como objetivo:

I - Democratizar as relações no âmbito da escola, visando à qualidade de ensino através de uma educação transformadora que prepare o indivíduo para o exercício de plena cidadania;

II - Socializar a informação, efetivando a transparência dos atos administrativos, financeiros e pedagógicos do espaço escolar;

III - Favorecer a melhoria das condições de aprendizagem e a organização escolar;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

IV - Fortalecimento da autonomia das escolas;
V - Garantir a participação da sociedade na gestão da escola.

SEÇÃO III
DAS FUNÇÕES

Art. 19 O Conselho Escolar terá funções de caráter: Deliberativo, Consultivo, Mobilizador, Fiscalizador e Pedagógico, dos processos executados da unidade escolar.

I - Função Deliberativa: consiste no acompanhamento, elaboração e aprovação de decisões relativas às ações pedagógicas e administrativas da unidade escolar, incluindo o gerenciamento dos recursos públicos a ela destinados;

II - Função Consultiva: consiste no assessoramento à gestão escolar, sobre questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Essa função incluiu aconselhar, emitir opiniões e encaminhar proposições apresentadas pelos segmentos da escola.

III - Função Mobilizadora: consiste em apoiar, e promover a participação ativa dos segmentos representativos da escola, estimulando o envolvimento da comunidade escolar na busca pela melhoria da qualidade do ensino e pela ampliação do acesso à educação.

a) Promover, estimular e articular a participação integrada dos diversos segmentos da escola e da comunidade escolar, em ações e atividades, que contribuam para a efetivação da gestão democrática e a melhoria da qualidade social da educação.

IV - Função Fiscalizadora: refere-se ao acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da unidade escolar, assegurando a legitimidade de suas práticas e o cumprimento de normas e da Legislação vigente.

V - Função Pedagógica: diz respeito à orientação e normatização das ações e procedimentos do cotidiano escolar, por meio de elaboração de normas internas, que regulam os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da unidade.

SEÇÃO IV
DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 20 O Conselho Escolar tem como atribuições e competências:

I - Participar e coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do Projeto Político-Pedagógico juntamente com a equipe técnico-pedagógica da escola, respeitada a legisłação educacional;

II - Deliberar, sempre que solicitado pela direção da escola, sobre o cumprimento das ações disciplinares a que estiverem sujeitos os alunos, de acordo com o disposto no Regimento Escolar e no Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - Convocar assembleias gerais da comunidade escolar ou de seus segmentos;

IV – Garantir a participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar;

V - Promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante, valorizando a cultura da comunidade local;

VI - Propor e coordenar discussões junto aos segmentos sobre alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitando a legislação vigente;

VII - Participar da elaboração do calendário das atividades extraclasse, no que compete à unidade escolar, observando o Calendário Escolar Oficial, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação;

VIII - Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (evasão escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando necessário, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade social da educação escolar de acordo com as legislações vigentes;

IX - Acompanhar e avaliar o desempenho da escola, prioridades e metas estabelecidas no seu Projeto Político-Pedagógico e Plano Anual de Ações e Metas, redirecionando as ações quando necessário;

X - Acompanhar a distribuição de vagas para formação de turmas, de acordo com os critérios estabelecidos por instrumento legal expedido pela Secretaria Municipal de Educação, excetuando os casos especiais encaminhados pelo Ministério Público, Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Educação;

XI - Registrar todas as reuniões do Conselho em Atas, com as deliberações, conclusões e resultados obtidos.

SEÇÃO V
DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 21 O Conselho Escolar encaminhará ações que visem ao estabelecimento às diretrizes para organização e funcionamento da escola e sua articulação com a comunidade nos limites da legislação pertinente, compatíveis com a política educacional da Secretaria Municipal de Educação, responsabilizando-se pelas suas deliberações.

Art. 22 O Conselho Escolar reunir-se-á ordinariamente a cada mês letivo e extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

Parágrafo único. As reuniões ordinárias serão convocadas por seu Presidente e as extraordinárias, pelo presidente ou 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 23 A convocação será feita com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, acompanhada pela pauta da reunião.

Art. 24 O cronograma de reuniões ordinárias será estabelecido na primeira reunião anual do Conselho Escolar.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 25 As decisões e deliberações do Conselho Escolar devem ser registradas em Ata e divulgadas em murais e em locais visíveis, garantindo um fluxo de comunicação permanente, de modo que as informações sejam divulgadas a todos em tempo hábil.

SEÇÃO VI
DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 26 Caberá à Secretaria Municipal de Educação, por todos os meios ao seu alcance, subsidiar a atuação articuladora dos Conselhos Escolares e o seu fortalecimento através das normas estabelecidas por este Decreto.

Art. 27 O Conselho Escolar será composto por no mínimo, 07 (sete) e no máximo 15 (quinze) membros titulares acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme tabela abaixo:

Número de alunos matriculados	Pais ou responsáveis	Alunos (maiores de 12 anos)	Comunidade Escolar	Professor Regente	Orientador Educacional ou Secretário Escolar	Diretor	Total
Até 150	02	01	01	01	01	01	07
De 151 a 300	02	02	02	01	02	01	10
De 301 a 600	02	02	02	02	02	01	11
Acima de 600	03	02	03	03	03	01	15

I - Caberá ao Conselho Escolar designar uma pessoa para que seja o Secretário do Conselho, pessoa essa que redigirá a Ata, marcará reunião e fará toda a mobilização para que a reunião seja satisfatória, auxiliando assim o presidente e vice-presidente;

II - O Diretor da Unidade escolar integrará o Conselho Escolar como membro nato, sendo substituído em suas ausências ou impedimentos, com todos os direitos, deveres e vantagens pelo Coordenador Pedagógico;

III - A comunidade local na qual a escola está inserida será representada por uma de suas lideranças que seja comprometida com educação;

IV - Não havendo candidato para representação dos alunos, as vagas serão preenchidas por representantes de pais ou responsáveis legais, no que se refere à Escola de Educação Infantil, Escola de Educação Especial e Escolas que tenham apenas os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

V - O representante de alunos no Conselho Escolar deverá ter idade mínima de 12 (doze) anos e frequência regular.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 28 Nas Unidades Escolares que atendem exclusivamente Educação Especial, a composição do Conselho Escolar poderá ser a mesma constante no artigo 27, ou com alteração dependendo da avaliação da própria unidade escolar em consonância com a Diretoria de Educação Especial e Direito (DEED) da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 29 O exercício da função dos membros do Conselho Escolar não será remunerado.

Art. 30 O mandato de qualquer conselheiro será considerado extinto nos casos de renúncia expressa ou de ausência configurando-se esta última pela falta a mais de 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas e a 05 (cinco) reuniões ordinárias alternadas, sem pedidos de licença.

SEÇÃO VII
DAS REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 31 As reuniões do Conselho Escolar dar-se-ão por presença de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) de conselheiros, sendo lavradas em ata e tornadas públicas, no prazo máximo de 07 (sete) dias.

Parágrafo único. Não havendo quórum, cancela-se a reunião, registra-se a ocorrência pelos representantes.

Art. 32 A nenhum membro do Conselho Escolar será permitido o acúmulo de voto, nem o voto por procuração.

Parágrafo único. Terá direito a voto o representante maior de 12 (doze) anos.

Art. 33 As reuniões do Conselho Escolar serão públicas e abertas, tendo todos os participantes direito a voz, mas somente os membros titulares direito a voto.

Parágrafo único. A periodicidade das reuniões será de no mínimo 01 (uma) reunião mensal.

SEÇÃO VIII
DA ELEIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 34 Os membros do Conselho Escolar serão eleitos entre seus pares mediante processo eletivo direto e secreto, com mandato de 02 (dois) anos com direito a uma reeleição.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

I - A eleição acontecerá sempre no mês de abril, tendo seu edital de convocação publicado com 15 (quinze) dias de antecedência;

II - O suplente de cada segmento será o segundo mais votado;

III - Em caso de vacância do titular de qualquer segmento assumirá o suplente próximo de ordem subsequente, podendo ocorrer uma nova eleição ou indicação do titular;

IV - Todos os alunos a partir de 12 (doze) anos poderão votar em sua representatividade.

Art. 35 O processo que elegerá o Conselho Escolar será conduzido pela Comissão Eleitoral, especialmente composta para este fim, que deverá iniciar seus trabalhos no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes do final do mandato dos membros do Conselho Escolar.

Art. 36 A Comissão Eleitoral será composta:

I - Pelo Diretor da unidade escolar;

II - Por pelo menos, três representantes de seus segmentos que compõem o Conselho.

Parágrafo único. Dentre os membros que compõe a Comissão Eleitoral deverá ser eleito um Presidente, com idade acima de 18 anos, sendo que todas as atividades pertinentes ao processo eleitoral deverão ser registradas em Ata.

Art. 37 Os membros da Comissão Eleitoral serão escolhidos pelo Conselho Escolar.

I - O processo da eleição do primeiro Conselho Escolar deverá ser dirigido por membros de uma Comissão Eleitoral eleito por seus pares em reuniões específicas de cada segmento, convocadas pelo diretor da escola;

II - A Comissão Eleitoral deverá ser formada preferencialmente pelos membros que compõem o Conselho Escolar vigente (titulares ou suplentes), desde que não sejam candidatos.

a) Essa comissão deverá ser composta por 1 (um) Presidente, 1 (um) Secretário e de 1 (um) a 4 (quatro) mesários dos diversos segmentos e, se possível, dos vários turnos;

III - Os membros da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos ao Conselho de Escolar, com exceção do diretor da escola, que é membro nato.

Art. 38 Será publicado edital próprio, em tempo oportuno, especificando as atribuições da Comissão Eleitoral em cada escola.

Art. 39 A Comissão Eleitoral convocará os segmentos que elegerão os representantes para o Conselho Escolar, através de edital e outras formas de divulgação.

I - A convocação para eleição será feita por edital, que deverá ser afixado em local visível na escola, indicando os pré-requisitos e prazos para inscrição, a homologação e a

divulgação das chapas, dia, hora e local da votação, credenciamento de fiscais de votação e apuração, além de outras instruções necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral;

II - A Comissão deverá remeter o aviso do Edital aos pais ou responsáveis legais, bem como à comunidade local, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

III - O presidente da Comissão Eleitoral, após a apuração, registrará em ata o resultado da eleição de cada segmento, especificando o cômputo geral dos votos expedindo Edital de resultados no prazo de 07 (sete) dias.

SEÇÃO IX
DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 40 O Presidente do Conselho Escolar será o Diretor da unidade escolar.

Parágrafo único. Caso haja troca de diretor no meio do biênio, será feita uma ata de substituição do presidente;

SEÇÃO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DOS CONSELHOS ESCOLARES E FÓRUM DOS CONSELHOS ESCOLARES

Art. 41 Os membros do Conselho Escolar exercem função de relevante interesse público, não remunerada, sem direito à gratificação de qualquer natureza.

Parágrafo Único. Os representantes dos segmentos eleitos para o Conselho Escolar como membros titulares ficam dispensados da frequência de suas funções nos horários em que estejam participando das reuniões do Conselho, dentro da própria unidade escolar e com a ausência justificada, caso a reunião ou a formação seja fora da unidade escolar.

Art. 42 A vacância do cargo de membro do Conselho Escolar ocorrerá por conclusão de mandato, renúncia, desligamento da escola, aposentadoria, morte, transferência ou terminalidade, no caso do aluno, ou destituição pelo não cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 43 O Conselho Escolar será regido por Estatuto Interno a ser revisado e adequado à realidade da unidade a cada biênio por seus membros ou quando sua maioria, em votação, decidirem tendo como base este Decreto demais legislações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação e encaminhadas à Coordenação dos Conselhos Escolares.

Art. 44 A partir da publicação deste Decreto, a direção de cada unidade escolar realizará assembleia geral para eleição dos membros do Conselho Escolar, conforme definido no artigo 34, inciso I do Decreto.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 45 O Conselho Escolar encaminhará, até o final do ano letivo, relatório geral de suas atividades ao Secretário Municipal de Educação.

Art. 46 Será assegurada a participação da comunidade escolar e local em Fórum dos Conselhos Escolares, de acordo com o disposto no art. 14, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 9.394/96, conforme disposto em regulamento.

Art. 47 O Fórum dos Conselhos Escolares é instância colegiada de caráter deliberativo que tem como finalidades o fortalecimento dos Conselhos Escolares de sua circunscrição e a efetivação do processo democrático nas unidades escolares e nas diferentes instâncias decisórias, com vistas a melhoria da qualidade da educação, norteado pelos seguintes princípios:

I - Democratização da gestão;
II - Democratização do acesso e permanência;
III - Qualidade social da educação.

Art. 48 O Fórum dos Conselhos Escolares será composto de:
I - 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino;
II - 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares.

§1º A composição do Fórum dos Conselhos Escolares deverá garantir a representatividade de todos os segmentos que compõem os Conselhos Escolares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

§2º Cabe a cada Conselho Escolar indicar seus representantes para compor o Fórum dos Conselhos Escolares, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início do respectivo mandato.

§3º O Presidente do Fórum será eleito pelos seus pares, em reunião convocada especialmente para essa finalidade pelo Secretário Municipal de Educação, imediatamente após a sua composição.

Art. 49 O mandato dos membros do Fórum dos Conselhos Escolares será de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

§1º O mandato terá início imediatamente após a indicação dos componentes pelos respectivos Conselhos Escolares.

§2º O mandato será prorrogado automaticamente até a posse dos novos membros do Fórum dos Conselhos Escolares.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 50 São objetivos do Fórum dos Conselhos Escolares:

I - Discutir, no âmbito da rede municipal de ensino, as diretrizes da política educacional estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação, complementando-as conforme as especificidades locais;

II - Definir as diretrizes, prioridades e metas de ação dos Conselhos Escolares;

III - Compartilhar experiências e ações referentes à atuação dos Conselhos Escolares;

IV - Analisar os indicadores educacionais da rede municipal e propor sugestões para sua melhoria;

V - Deliberar sobre metas e ações visando ao fortalecimento dos Conselhos Escolares e à promoção da gestão democrática.

Art. 51 O Fórum dos Conselhos Escolares reunir-se-á:

I - Ordinariamente, uma vez por semestre;

II - Extraordinariamente, por convocação do Secretário Municipal de Educação ou mediante proposta de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo único. O cronograma das reuniões ordinárias deverá integrar o calendário oficial da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 52 Para a realização das reuniões do Fórum dos Conselhos Escolares, devem ser observados os seguintes procedimentos:

I - Convocação, por escrito, dos membros, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, salvo no caso de reunião extraordinária, cujo prazo mínimo será de 12 (doze) horas;

II - Apresentação da pauta, anexa ao documento de convocação, com especificação do local, da data e do horário de realização da reunião.

§1º As decisões do Fórum dos Conselhos Escolares serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

§2º As decisões deverão ser registradas em ata, que, após aprovada e assinada pelos membros presentes, será divulgada e disponibilizada à comunidade escolar, sendo de livre acesso.

CAPÍTULO VI
DOS DIRETORES E DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Art. 53 A Equipe Gestora das escolas públicas municipais será designada por ato do Prefeito, observado o processo seletivo prévio de que trata este Decreto.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 54 Da Composição da Equipe Gestora:

I - A equipe gestora das unidades escolares da rede pública municipal será composta por:

a) 01 (um) Diretor Escolar;

b) Coordenadores Pedagógicos, em número compatível com o porte da unidade, conforme normatização da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A equipe gestora atuará de forma integrada, respeitando suas atribuições específicas e pautando-se pelos princípios da gestão democrática, do direito à educação de qualidade, da equidade e da corresponsabilidade com os processos de ensino e aprendizagem.

Art. 55 Da Responsabilidade Compartilhada da Equipe Gestora:

I - A equipe gestora atuará de forma colaborativa e corresponsável, garantindo coerência entre as ações pedagógicas, administrativas e institucionais da escola.

§1º A articulação entre o diretor e os coordenadores pedagógicos deverá pautar-se no planejamento conjunto, na divisão equilibrada de responsabilidades, no respeito à autonomia profissional de cada membro da equipe e no alinhamento às metas educacionais estabelecidas pelo município.

§2º É responsabilidade da equipe gestora promover a escuta ativa da comunidade escolar e zelar pela construção de uma cultura democrática, participativa, inclusiva e de excelência.

Art. 56 Compete ao Diretor Escolar, como responsável legal e institucional pela unidade escolar, exercer liderança democrática, ética e colaborativa nas dimensões político-institucional, pedagógica, administrativa, financeira e relacional, sendo suas atribuições:

I – Na dimensão político-institucional:

a) Representar a escola em todos os espaços institucionais, internos e externos, zelando pela integridade institucional da unidade;

b) Promover a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP), assegurando a participação de todos os segmentos escolares;

c) Fortalecer os colegiados escolares, em especial o Conselho Escolar, garantindo seu funcionamento autônomo, deliberativo e representativo;

d) Liderar a escola com base em princípios democráticos, fomentando o diálogo, a transparência, a participação e a cultura de paz;

e) Estabelecer estratégias de comunicação efetiva com a comunidade escolar e com a Secretaria Municipal de Educação;

f) Coordenar os processos de elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e pPlano de Metas e Ações, garantindo sua consonância com as legislações vigentes, e as diretrizes da rede municipal de ensino;

g) Assegurar o cumprimento do calendário escolar, do Projeto Político-Pedagógico (PPP), do regimento interno e da legislação vigente.

II – Na dimensão pedagógica:

a) Coordenar, junto aos coordenadores pedagógicos, o planejamento, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola;

b) Coordenar, juntamente com o coordenador pedagógico, a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano Anual de Ações e Metas (PAAM), garantindo sua articulação com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), as metas do Plano Municipal de Educação e as prioridades definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

c) Garantir condições para o desenvolvimento profissional contínuo dos docentes e demais profissionais da educação;

d) Promover o uso pedagógico dos resultados das avaliações internas e externas, visando à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem;

e) Estimular práticas pedagógicas inclusivas, equitativas e de valorização da diversidade;

f) Favorecer a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento e a interdisciplinaridade;

g) Promover, junto ao Coordenador Pedagógico, a avaliação continuada de todo trabalho escolar, a partir da análise dos indicadores de aprendizagem e outros instrumentos criados pela Unidade Escolar.

III – Na dimensão administrativo-financeira:

a) Administrar os recursos humanos, materiais e financeiros da escola, zelando pela legalidade, economicidade e transparência;

b) Planejar, em conjunto com o Conselho Escolar, a aplicação dos recursos financeiros, assegurando a prestação de contas pública e participativa;

c) Zelar pela manutenção e segurança da infraestrutura física e patrimonial da escola;

d) Gerir os registros escolares, assegurando a fidedignidade das informações junto ao sistema de ensino;

e) Controlar assiduidade, desempenho e conduta da equipe escolar, adotando medidas disciplinares quando cabíveis, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

IV – Na dimensão relacional e ética:

a) Promover um ambiente de respeito mútuo, empatia, escuta ativa, justiça e valorização da diversidade;

b) Mediar conflitos, buscando soluções dialógicas e restaurativas;

c) Ser referência de conduta ética e profissional para toda a comunidade escolar;

d) Incentivar o protagonismo estudantil e o envolvimento das famílias no cotidiano da escola;

e) Comprometer-se com sua própria formação continuada, avaliando e aprimorando constantemente sua prática profissional.

V – Exercer outras atividades correlatas.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 57 Compete ao Coordenador Pedagógico, em articulação com a Direção Escolar, exercer as seguintes atribuições:

I - Planejamento e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem:

a) Elaborar, em conjunto com o corpo docente e a gestão, o planejamento pedagógico da unidade escolar, assegurando a coerência com o Projeto Político-Pedagógico (PPP), as diretrizes curriculares e as metas da rede.
b) Promover a articulação entre os diferentes componentes curriculares e anos escolares, estimulando a continuidade e progressão das aprendizagens.
c) Monitorar os indicadores de aprendizagem e desempenho escolar, identificando fragilidades e propondo intervenções pedagógicas eficazes.
d) Acompanhar os planos de aula, os registros avaliativos e os resultados dos estudantes, propondo e acompanhando ajustes pedagógicos, quando necessários.

II - Formação continuada e desenvolvimento profissional docente:

a) Organizar e implementar ações de formação continuada na escola, em articulação com a rede municipal, voltadas às necessidades formativas diagnosticadas no contexto da unidade escolar.
b) Apoiar os professores na análise crítica da prática pedagógica, incentivando o trabalho colaborativo, a reflexão sobre o ensino e a inovação didática.
c) Sistematizar e disseminar boas práticas pedagógicas no ambiente escolar.

III - Acompanhamento da prática pedagógica:

a) Observar, orientar e acompanhar a prática docente, garantindo a qualidade do trabalho em sala de aula e a efetividade das estratégias metodológicas utilizadas.
b) Promover reuniões pedagógicas sistemáticas com foco no acompanhamento do processo ensino e aprendizagem na superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos.
c) Promover o uso pedagógico dos resultados das avaliações externas e internas, auxiliando os professores a planejar ações de recomposição e recuperação das aprendizagens, bem como no avanço contínuo da aprendizagem.

IV - Promoção de uma cultura de aprendizagem inclusiva:

a) Apoiar os docentes na construção de estratégias pedagógicas inclusivas, que respeitem as diferenças individuais dos alunos e assegurem o direito à aprendizagem.
b) Trabalhar de forma articulada com os profissionais da educação especial e dos serviços de apoio psicopedagógico, orientando práticas pedagógicas que promovam a equidade educacional.
c) Incentivar o uso de recursos pedagógicos diferenciados e tecnologias assistivas que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes.

V - Articulação entre escola, família e comunidade com foco pedagógico:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

a) Estabelecer estratégias de aproximação entre escola e famílias, envolvendo-as no processo educativo e no acompanhamento sistemático da aprendizagem dos estudantes.
a) Participar da mediação de conflitos que interfiram nos processos de ensino e aprendizagem, buscando soluções pedagógicas adequadas.
b) Incentivar o protagonismo dos estudantes nos processos pedagógicos, por meio de escuta qualificada e valorização da participação.

VI - Avaliação e melhoria contínua do processo educativo:
a) Sistematizar, em conjunto com a equipe gestora, os processos avaliativos da escola, utilizando os dados para orientar o planejamento pedagógico.
b) Avaliar o impacto das ações pedagógicas sobre a aprendizagem, propondo ajustes e inovações sempre que necessário.
c) Contribuir com a elaboração e atualização do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar, com base em evidências educacionais.
d) Promover, junto à Direção Escolar, a avaliação continuada de todo o trabalho escolar, a partir da análise dos indicadores de educacionais e demais instrumentos de avaliação institucional adotados pela Unidade Escolar.

VII - Exercer outras atividades correlatas às suas funções, conforme designação da Direção Escolar ou demanda da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 58 O período de gestão da Equipe Gestora será de 3 (três) anos, iniciando-se no primeiro dia útil do ano.

Parágrafo Único – A equipe gestora poderá ser reconduzida por igual período de 3 (três) anos, imediatamente após o término do mandato, sem a realização de novo processo seletivo, desde que haja parecer favorável decorrente de avaliação conduzida pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o cumprimento de metas pactuadas, indicadores de desempenho e participação nas formações obrigatórias.

Art. 59 A vacância da função de Diretor e Coordenador Pedagógico ocorrerá por:
I - Conclusão do mandato;
II - Renúncia;
III - Destituição;
IV - Aposentadoria;
V - Readaptação;
VI - Redução de Carga Horária
VII - Morte.

§1° O afastamento do Diretor e/ou Coordenador Pedagógico de suas funções por período superior a 02 (dois) meses, excetuando-se os casos de Licença para Tratamento de

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Saúde, Licença-Maternidade e Licença para Acompanhamento de Familiar enfermo, acarretará a vacância.

§2° A destituição do Diretor e/ou Coordenador Pedagógico poderá ocorrer mediante processo administrativo disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em razão de fatos que constituam infração funcional, ilícito penal, falta de idoneidade moral, de disciplina, de assiduidade e de dedicação ao serviço.

Art. 60 Ocorrendo a vacância da função de Diretor a designação para esta função será realizada das seguintes formas:

I - Será nomeado o Diretor integrante do banco de reserva, respeitando a ordem de classificação.

a) O Diretor designado exercerá a função até o término do mandato em curso, quando ocorrerá novo processo seletivo.

II - Quando não houver profissional integrante do banco de reserva na função de Diretor, a Secretaria Municipal de Educação, designará para esta função, um profissional que preencha todos os requisitos previstos no inciso I do Art. 63 deste Decreto o qual exercerá a função até o término do mandato em curso, quando ocorrerá novo processo seletivo.

Art. 61 Ocorrendo a vacância da função de Coordenador Pedagógico a designação para esta função será realizada das seguintes formas:

I - A Secretaria Municipal de Educação, designará para esta função, o profissional que integra o banco de reserva na função de Coordenador Pedagógico, respeitando a ordem de classificação.

a) O Coordenador Pedagógico designado exercerá a função até o término do mandato em curso, quando ocorrerá novo processo seletivo.

II - Quando não houver profissional integrante do banco de reserva na função de Coordenador Pedagógico, a Secretaria Municipal de Educação, indicará para esta função, um profissional que preencha todos os requisitos previstos no inciso I do Art. 63 deste Decreto, o qual exercerá a função até o término do mandato em curso, quando ocorrerá novo processo seletivo.

Art. 62 Nos períodos de afastamento legal do Diretor, assumirá interinamente a gestão, o Coordenador Pedagógico designado como substituto legal, durante este período.

Parágrafo único. A unidade escolar que não tem previsto em seu quadro funcional a função de Coordenador Pedagógico, a Secretaria Municipal de Educação, designará provisoriamente um substituto, preferencialmente dentre os profissionais da unidade escolar que possuam perfil técnico e liderança reconhecida.

CAPÍTULO VII

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

DO PROCESSO SELETIVO PARA A COMPOSIÇÃO DA EQUIPE GESTORA DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 63 A seleção para as funções de Diretor e Coordenador Pedagógico das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Mangaratiba será realizada mediante processo seletivo público, técnico e participativo, estruturado conforme as seguintes etapas:

I - Comprovação curricular e profissional realizada pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com critérios técnicos, de mérito e desempenho, nos termos deste instrumento legal, edital de abertura do processo seletivo, observando-se os seguintes requisitos:

a) Ser profissional do magistério, habilitado em curso de graduação em Pedagogia, podendo ser admitida também formação em licenciatura em qualquer área da educação, desde que acompanhada de especialização em nível de pós-graduação lato sensu, concluída, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, nas áreas de Administração e/ou Gestão Escolar;

b) Não estar em situação de licença médica, licença sem vencimento, redução de carga horária, readaptação funcional, bem como não ser profissional permutado de outras redes de ensino ou situações afins.

c) Apresentar, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência na área educacional;

d) Ter disponibilidade para atuar na função com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

e) Não ter sido penalizado, em decisão definitiva, proferida em processo administrativo disciplinar ou sindicância, pela prática de irregularidades graves, com penalidade de suspensão, nos 3 (três) anos anteriores à data da homologação da inscrição no processo seletivo para a função a qual se candidatou, conforme legislação vigente no Município de Mangaratiba;

f) Ter vínculo ativo como servidor efetivo, sendo vedada a participação de profissionais que estejam em período probatório.

II - Avaliação Técnica realizada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de prova objetiva, de caráter eliminatório.

III - Consulta Pública realizada após a avaliação técnica, com caráter exclusivamente consultivo, não vinculante, com os seguintes procedimentos:

a) Apresentação pelo candidato de sua trajetória profissional, visão de gestão e motivações para o exercício da função;

b) Entrevista pública com o Conselho Escolar e a comunidade escolar, aberta à participação de professores, pais ou responsáveis e alunos maiores de idade;

c) Emissão de parecer consultivo pelo Conselho Escolar, a ser encaminhado ao Secretário Municipal de Educação, com caráter exclusivamente orientador, sem força vinculante.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

IV - Apresentação do Plano de Gestão elaborado pelo candidato em suas respectivas funções, ao Comitê Técnico Avaliador, constituído por representantes da:

a) Secretaria Municipal de Educação;
b) Conselho Municipal de Educação; e,
c) Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação.

§1º O Comitê Técnico Avaliador emitirá parecer técnico consultivo, fundamentado na proposta apresentada, atribuindo nota ao Plano de Gestão, conforme critérios estabelecidos em Edital, que será encaminhado ao Secretário Municipal de Educação.

§2º O resultado da avaliação do Plano de Gestão será incorporado ao Parecer técnico ao Parecer Técnico Avaliador, integrando a classificação final do processo seletivo.

Art. 64 A classificação final dos candidatos será realizada por unidade escolar, obedecendo aos seguintes critérios:

I - A pontuação obtida na avaliação técnica;

II - A análise dos pareceres consultivos emitidos pelo Conselho Escolar e pelo Comitê Técnico Avaliador.

§1º Não haverá formação de chapas, sendo as funções de Diretor e de Coordenador Pedagógicas avaliadas e classificadas separadamente.

§2º A nomeação final será realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 37 da Constituição Federal respeitando o caráter discricionário do ato administrativo.

Art. 65 A Equipe Gestora nomeada passará por processo de avaliação semestral, com vistas ao acompanhamento do desempenho e ao fortalecimento da cultura organizacional, conforme disposto a seguir:

I - Avaliação técnica, realizada pela Secretaria Municipal de Educação, mediante verificação do cumprimento de metas e indicadores educacionais previamente definidos previstos em Portaria da Secretaria Municipal de Educação.

II - Avaliação participativa, promovida pela comunidade escolar, por meio de instrumentos de acompanhamento contínuo e colaborativo da gestão escolar.

Parágrafo único. As avaliações semestrais servirão como subsídio para a construção de uma cultura de corresponsabilidade e para orientar eventuais decisões administrativas relacionadas à gestão escolar.

Art. 66 Como parte integrante do processo de profissionalização e valorização da gestão escolar, ficam instituídos os seguintes programas formativos:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

I - **Programa de Formação Inicial**, a ser promovido pela Secretaria Municipal de Educação, com foco nos seguintes eixos:

a) Gestão pedagógica, visando ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, à promoção da equidade e ao uso de indicadores educacionais para a tomada de decisões;

b) Gestão Administrativa, direcionada à organização institucional, aos recursos humanos, às rotinas escolares, às normativas e ao planejamento estratégico da escola;

c) Gestão Financeira, voltada à compreensão dos mecanismos de financiamento da educação, à execução dos recursos públicos e à prestação de contas com transparência e responsabilidade.

d) **Dimensão Relacional e Ética**, contemplando o desenvolvimento de competências socioemocionais, a mediação de conflitos, a promoção de um ambiente escolar inclusivo e respeitoso, a atuação com empatia e integridade, e a observância de princípios éticos e legais que orientam a função pública e a convivência escolar.

II - **Programa de Formação Continuada**, estruturado com cronograma regular de encontros, objetivando o constante aperfeiçoamento das competências técnicas e gerenciais da equipe gestora.

§1º A participação nos programas de formação inicial e continuada é obrigatória, integrando o processo de avaliação institucional das equipes gestoras e podendo subsidiar decisões de recondução ou permanência na função.

§2ºA frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e o desempenho dos participantes nos referidos programas serão monitorados pela Secretaria Municipal de Educação, integrando o processo de avaliação institucional das equipes gestoras.

Art. 67 Cada unidade escolar do Município de Mangaratiba contará com uma equipe gestora composta, conforme sua tipologia da e a demanda, por:

I - Um Diretor Escolar, com carga horária de 40 horas;

II - Um ou mais Coordenadores Pedagógicos, com carga horária de 40 horas, conforme a legislação que define a tipologia das unidades escolares e quantitativos de funcionários.

Parágrafo único - A composição da equipe gestora observará critérios técnicos e organizacionais previamente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, levando-se em consideração:

a) O número de estudantes matriculados;
b) O número de turnos de funcionamento;
c) A complexidade administrativa e pedagógica.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Art. 68 A inscrição no processo seletivo será realizada de forma direcionada a uma unidade escolar específica, observando-se as seguintes disposições:

I - O candidato poderá inscrever-se especificamente para uma das funções: Diretor Escolar ou Coordenador Pedagógico, conforme seu perfil profissional e interesse.

II - O processo seletivo será concomitante para ambas as funções, sendo as inscrições e avaliações realizadas de maneira independente para cada função.

Art. 69 Os profissionais aprovados no processo seletivo para as funções de Diretor e Coordenador Pedagógico, que não forem nomeados para o exercício imediato em unidade escolar, comporão um banco de reserva, mantido e atualizado pela Secretaria Municipal de Educação.

§1º O banco de reserva será utilizado para suprir eventuais necessidades decorrentes de vacância, afastamento ou criação de novas vagas, observando-se rigorosamente a ordem de classificação e validade do respectivo processo seletivo.

§2º Na ausência de profissionais no banco de reserva para as funções de Diretor e Coordenador Pedagógico, a Secretaria Municipal de Educação indicará profissional que atenda a todos os requisitos constantes na comprovação curricular e profissional prevista no inciso I do art. 63 deste Decreto, cabendo ao Chefe do Poder Executivo a nomeação do indicado.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 70 As etapas, critérios, cronogramas e instrumentos de avaliação do processo seletivo da equipe gestora serão detalhados em regulamento próprio, expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 71 As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas, se necessário, por decreto do Poder Executivo.

Art. 72 O Poder Executivo Municipal instituirá por meio de Portaria a Matriz Municipal Comum de Competências do Diretor e do Coordenador Pedagógico.

Art. 73 Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 28 de agosto de 2025.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

EDITAL Nº03/2025, DE 28 DE AGOSTO DE 2025

EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO PARA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES GESTORAS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANGARATIBA

A Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no Decreto nº 5.178/2025, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino nas Escolas Públicas Municipais, torna público o presente Edital para abertura do Processo Seletivo Público, Técnico e Participativo para composição das funções de Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1.O presente edital tem por finalidade a seleção de profissionais do magistério para o exercício das funções de Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico, que comporão as equipes gestoras das unidades escolares da rede pública municipal de ensino de Mangaratiba, conforme os princípios da gestão democrática, transparência, mérito e participação da comunidade escolar.

1.2.O mandato das equipes gestoras será de 03 (três) anos, podendo haver recondução por igual período, conforme critérios estabelecidos no Decreto nº 5.178/2025 e mediante avaliação favorável da Secretaria Municipal de Educação (SME).

2. DAS FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES E CARGA HORÁRIA

2.1.As funções a serem selecionadas são: **Diretor Escolar** e **Coordenador Pedagógico.**

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

2.2. As atribuições estão descritas nos Artigos 56 e 57 Decreto nº 5.178/2025 e incluem, entre outras:

a) Liderar processos pedagógicos, administrativos e financeiros;

b) Elaborar e monitorar o Projeto Político-Pedagógico e o Plano Anual de Ações e Metas;

c) Garantir a formação continuada dos docentes;

d) Assegurar o cumprimento da legislação educacional.

2.3. A Carga Horária será de 40 (quarenta) horas semanais para ambas as funções.

3. DAS VAGAS

3.1 As vagas para as funções de Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico são as disponibilizadas neste Edital, considerando o porte das Unidades Escolares:

PORTE A – ACIMA DE 600 ALUNOS			
Unidade Escolar	Distrito	DIRETOR ESCOLAR	COORDENADOR PEDAGÓGICO
C.M. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	MURIQUI	1	3
CIEP BRIZOLÃO 294 CANDIDO J. CAPIXABA	PRAIA DO SACO	1	3

PORTE B – DE 301 ATÉ 599 ALUNOS			
Unidade Escolar	Distrito	DIRETOR ESCOLAR	COORDENADOR PEDAGÓGICO
C.M. HERMINIA DE OLIVEIRA MATTOS	CONCEIÇÃO DE JACAREÍ	1	2
E.M. CORONEL MOREIRA DA SILVA	MANGARATIBA	1	2
E.M. MARIA AUGUSTA LOPES	MANGARATIBA	1	2
E.M. PROFª. CECÍLIA FERRAZ	ITACURUÇÁ	1	2
E. M. DIOGO MARTINS	MANGARATIBA	1	2
E.M. PRESIDENTE CASTELO BRANCO	MURIQUI	1	2

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

PORTE C – DE 61 ATÉ 300 ALUNOS			
Unidade Escolar	Distrito	DIRETOR ESCOLAR	COORDENADOR PEDAGÓGICO
E.M. CAETANO DE OLIVEIRA	ITACURUÇÁ	1	1
E.M. MARIA HELENA DE ALMEIDA FERRAZANI	MANGARATIBA	1	1
E.M. GLAUBER DOS SANTOS BORGES	CONCEIÇÃO DE JACAREÍ	1	1
CEIM PROFª SARA CAMARA DA ROCHA	MANGARATIBA	1	1
E.M. E. INF. PROF. MARIA DE LOURDES P. SILVA	MURIQUI	1	1
E.M. PAULO SCOFANO	ITACURUÇÁ	1	1
E.M. VICTOR DE SOUZA BREVES	MANGARATIBA	1	1
CEIM PROF. DENISE MENDES L. DE SOUZA	CONCEIÇÃO DE JACAREÍ	1	1
E. M. ANTONIO CORDEIRO PORTUGAL	SERRA DO PILOTO	1	1
E.M. PROFª. MARIA ROSA MAGALHÃES	MANGARATIBA	1	1
E. M. RAUL WERNECK DE CASTRO	MANGARATIBA	1	1
CEIM PROFª KÊNIA CONCEIÇÃO DE LIMA	CONCEIÇÃO DE JACAREÍ	1	1
CEIM NILTON XAVIER	ITACURUÇÁ	1	1
CEJAM – ANDREA FELIX DE OLIVEIRA DIAS	MANGARATIBA	1	1
CEIM FREI AFFONSO JORGE BRAGA	MURIQUI	1	1
CEIM NORMA PINHEIRO CARDOSO	MANGARATIBA	1	1
E.M. ADALBERTO PEREIRA PINTO	CONCEIÇÃO DE JACAREÍ	1	1
E.M. ANTÔNIO CONCEIÇÃO DA COSTA	MANGARATIBA	1	1
E.M. CORDÉLIA J.M.PAHL	SERRA DO PILOTO	1	1
E. M. SEBASTIÃO JOSÉ FERNANDES	PRAIA GRANDE	1	1

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

PORTE D – ATÉ 60 ALUNOS			
Unidade Escolar	Distrito	DIRETOR ESCOLAR	COORDENADOR PEDAGÓGICO
E. M. JURANDIR DOS SANTOS FERNANDES	PRAIA GRANDE	1	-
CEIM AARÃO DE MOURA BRITO FILHO	ITACURUÇÁ	1	-
E. M. OLIVEIRA BELLO	MANGARATIBA	1	-
E.M. ED. ESP.EMANUELA R. DE SOUZA	MANGARATIBA	1	-
CEIM CYBELE REA JANNUZZI RUZZI	MANGARATIBA	1	-
CEIM PRFª LAURA LACOMBE	MANGARATIBA	1	-
E. M. AGOSTINHO DA S. MATTOS	ITACURUÇÁ	1	-
CEIM SANTA JUSTINA	MANGARATIBA	1	-
E. M. LEVY MIRANDA	ITACURUÇÁ	1	-
CEIM DAVI DE OLIVEIRA BROJO	MANGARATIBA	1	-
CEIM DAISE MARIA PIRES DOS SANTOS	ITACURUÇÁ	1	-
CEIM MERENDEIRA DEVANY DE M. DA SILVA	MURIQUI	1	-
CEIM PROFª MARCIA LAURENTINO F. MOREIRA	MANGARATIBA	1	-
E. M. ÁGUAS LINDAS	ITACURUÇÁ	1	-

4. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

4.1. Requisitos para ambas as funções:

a) Ser profissional do magistério, habilitado em curso de graduação em Pedagogia, podendo ser admitida também formação em licenciatura em qualquer área da educação, desde que acompanhada de especialização em nível de pós-graduação lato sensu, concluída, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, nas áreas de Administração e/ou Gestão Escolar;

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

b) Não estar em situação de licença médica, licença sem vencimento, redução de carga horária, readaptação funcional, bem como não ser profissional permutado de outras redes de ensino ou situações afins.

c) Apresentar, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência na área educacional;

d) Ter disponibilidade para atuar na função com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

e) Não ter sido penalizado, em decisão definitiva, proferida em processo administrativo disciplinar ou sindicância, pela prática de irregularidades graves, com penalidade de suspensão, nos 3 (três) anos anteriores à data da homologação da inscrição no processo seletivo para a função a qual se candidatou, conforme legislação vigente no Município de Mangaratiba;

f) Ter vínculo ativo como servidor efetivo, sendo vedada a participação de profissionais que estejam em período probatório.

5. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

5.1. Etapa I – Análise Curricular e Documental (Eliminatória).

5.1.1. Avaliação dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos.

5.1.1.1. O candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, a documentação comprobatória dos requisitos exigidos para participação no processo seletivo, conforme disposto no Decreto Municipal de Gestão Democrática e a análise seguirá da seguinte forma:

a) Cópia do Documento de identidade com foto (Registro Geral ou Carteira Nacional de Habilitação);

b) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Cópia do Comprovante de vínculo ativo como servidor da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba (último contracheque);

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

d) Diploma de graduação em Pedagogia ou licenciatura em área da educação, acompanhado de certificado de especialização lato sensu em Administração e/ou Gestão Escolar, com carga horária mínima de 360h;

e) Declaração de disponibilidade para atuar em regime de 40 (quarenta) horas semanais, conforme modelo do Anexo II;

f) Certidão negativa de penalidade administrativa, obtida no seguinte endereço eletrônico: https://www3.tjrj.jus.br/CJE/certidao/

g) Declaração funcional de não estar em situação de: licença médica, licença sem vencimento, redução de carga horária, readaptação funcional, permuta em outras redes de ensino, expedida pelo Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Educação.

5.1.1.2. O documento de comprovação de vínculo ativo como servidor da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba (contracheque) servirá para apurar o vínculo ativo, a estabilidade do servidor (não estar em período probatório) e os 2 (dois) anos de experiência na área educacional.

5.1.2. Os documentos solicitados deverão ser entregues no ato da inscrição presencial em envelope tamanho A4, juntamente com a ficha de inscrição preenchida e assinada pelo candidato.

5.1.3. Os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos serão conferidos e avaliados pelo Comitê Técnico Avaliador, instituído, nomeado e publicado pela Secretaria Municipal de Educação.

5.1.4. A listagem dos candidatos inscritos será publicada em Diário Oficial do Município indicando o deferimento ou indeferimento.

5.2. Etapa II – Avaliação Técnica (Eliminatória e Classificatória)

5.2.1. A Prova Objetiva será composta por 30 (trinta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas, indicadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas 1 (uma) será a verdadeira.

5.2.2. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acertos, o que equivale a 18 (dezoito) questões corretas.

5.2.3. As questões da Prova Objetiva foram elaboradas obedecendo a 3 (três) Eixos Temáticos, organizadas da seguinte forma:

a) Gestão Escolar - 12 (doze) questões;

b) Legislação Educacional - 10 (dez) questões;

c) Indicadores Educacionais e Avaliação da Aprendizagem - 8 (oito) questões.

5.2.4. Conteúdo Programático:

a) **Gestão Escolar (aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros):** Fundamentos e princípios da gestão democrática da educação; Elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP); Papel do gestor escolar nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros; Liderança organizacional e estilos de liderança aplicados ao contexto escolar; Participação da comunidade escolar: Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e Associação de Pais e Mestres; Planejamento escolar: organização curricular, calendário, formação continuada e reuniões pedagógicas; Gestão de recursos financeiros: autonomia da escola, planejamento e prestação de contas; Práticas de gestão pedagógica voltada para a melhoria da aprendizagem; Avaliação institucional e gestão participativa.

b) **Legislação Educacional:** Constituição Federal de 1988: artigos relacionados à educação (arts. 205 a 214); Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Plano Municipal de Educação (PME): alinhamento com o PNE, metas e estratégias locais; Normas e regulamentos locais do sistema municipal de ensino (resoluções, portarias e deliberações do Conselho Municipal de Educação); Princípios da gestão democrática da educação pública previstos na legislação.

c) **Indicadores Educacionais e Avaliação da Aprendizagem:** Conceito e finalidade dos indicadores educacionais; Principais indicadores nacionais: IDEB, taxas de aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série; Uso dos indicadores no

planejamento e monitoramento das políticas públicas; Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa; Avaliação interna e externa: conceitos, objetivos e usos pedagógicos; Avaliação institucional participativa: definição, importância e instrumentos; Relação entre indicadores de qualidade e gestão escolar.

5.3. Etapa III – Apresentação Pública (Consultiva).

5.3.1. A Consulta Pública será realizada após a Avaliação Técnica, tendo caráter exclusivamente consultivo, não vinculante, na qual o candidato deverá expor, para o Conselho Escolar e a comunidade escolar, aberta à participação de professores, pais ou responsáveis e alunos maiores de idade, sua trajetória profissional, visão de gestão e motivações para o exercício da função pretendida, assegurando o direito à manifestação.

5.3.1.1. Os candidatos ao cargo de Diretor Escolar que, concomitantemente, integrem o Conselho Escolar, deverão se afastar temporariamente de suas funções neste colegiado durante o período de seleção.

5.3.2. O Conselho Escolar emitirá Parecer Consultivo, de caráter exclusivamente orientador, sem força vinculante, a ser encaminhado ao Secretário Municipal de Educação para conhecimento.

5.4. Etapa IV – Plano de Gestão (Classificatória)

5.4.1 O Plano de Gestão consiste em um documento elaborado pelo candidato, contendo a análise do contexto da unidade escolar para a qual concorre e a proposição de diretrizes, metas e ações que orientem sua futura atuação, com base nos princípios da gestão democrática, da equidade e da promoção da aprendizagem, conforme modelo presente no Anexo IV.

5.4.2 O Plano de Gestão deverá contemplar, de forma coerente e estruturada, os seguintes eixos temáticos:

a) Diagnóstico Institucional: análise da realidade pedagógica, administrativa e relacional da unidade escolar, com base em dados, indicadores educacionais e escuta da comunidade escolar;

b) Diretrizes e Metas: definição de prioridades e objetivos estratégicos voltados ao fortalecimento do ensino e da aprendizagem, à promoção da inclusão, à valorização dos profissionais da educação e ao aperfeiçoamento da gestão escolar;

c) Ações e Estratégias: proposição de medidas práticas para a melhoria do desempenho institucional, com definição de cronograma, recursos necessários e indicadores de monitoramento;

d) Gestão Participativa e Comunicação: apresentação de mecanismos para assegurar o diálogo, a escuta ativa e a corresponsabilidade entre equipe gestora, professores, estudantes, famílias e comunidade;

e) Viabilidade e Alinhamento Institucional: demonstração de aderência do plano às normativas legais e às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, com viabilidade técnica e administrativa de execução.

5.4.3. O Plano de Gestão será analisado pelo Comitê Técnico Avaliador, instituído, nomeado e publicado pela Secretaria Municipal de Educação, constituído por representantes da:

a) Secretaria Municipal de Educação;

b) Conselho Municipal de Educação;

c) Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação.

5.4.4. O Comitê Técnico Avaliador emitirá parecer técnico consultivo, fundamentado na proposta apresentada, atribuindo nota ao Plano de Gestão conforme os seguintes critérios, totalizando até 20 (vinte) pontos:

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Clareza e Coerência	Organização do texto, objetividade e consistência das ideias apresentadas	4 pontos

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

Diagnóstico Situacional	Capacidade de leitura crítica da realidade escolar, com base em dados e evidências	4 pontos
Proposição de Metas e Estratégias	Relevância, viabilidade e alinhamento das metas às necessidades da escola	4 pontos
Inovação e Liderança	Criatividade, protagonismo, escuta e propostas de fortalecimento da gestão participativa	4 pontos
Aderência às Políticas Públicas	Integração com o Plano Municipal de Educação, BNCC e diretrizes da rede	4 pontos

5.4.5 O Plano de Trabalho deverá ser entregue, em envelope tamanho A4, devidamente identificado, em dia e local determinados no Cronograma em anexo.

5.4.6. O resultado da avaliação do Plano de Gestão emitido pelo Comitê Técnico Avaliador será incorporado ao Parecer Consultivo emitido pelo Conselho Escolar da Unidade Escolar a qual se candidatou, integrando a classificação final do processo seletivo.

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições ocorrerão no período de **06 /10/2025** a **13/10/2025**.

6.2. As inscrições serão realizadas, presencialmente, na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Vereador Célio Lopes, nº 213, Centro, Mangaratiba.

6.3. Documentação Exigida:

a) Ficha de inscrição preenchida e assinada;

b) Cópia do diploma de graduação e especialização (se for o caso);

c) Declaração de tempo de serviço;

d) Certidão negativa de penalidade administrativa;

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

e) Documentos pessoais e comprobatórios dos requisitos exigidos conforme o item 5.1.1.1;

f) Outros documentos relacionados a área educacional, de caráter não obrigatório para a inscrição, poderão ser apresentados, no ato da inscrição, pelos candidatos exclusivamente para fins de pontuação adicional na classificação final e para compor o banco de reserva das funções de Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico.

6.3.1. Serão considerados, para fins de pontuação adicional e composição do banco de reserva das funções de Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico, os seguintes documentos relacionados a área educacional, com a respectiva pontuação definida na tabela abaixo:

Categoria	Descrição	Pontuação	Pontuação Máxima
Formação Continuada	Curso de aperfeiçoamento/capacitação na área educacional com o mínimo de 40 horas cada	0,5 por certificado ou declaração	até 2,0 pontos
Especializações adicionais	Pós-graduação lato sensu (mínimo de 360 horas), além da exigida para inscrição	1,0 ponto cada certificado ou declaração	até 2,0 pontos
Mestrado ou Doutorado	Diploma de Mestrado (2,0 pontos) ou Doutorado (3,0 pontos)	Conforme titulação	até 3,0 pontos
Experiência em Gestão Escolar	Declaração de tempo comprovado em funções de direção, coordenação, supervisão ou orientação educacional (expedida pelo Departamento Pessoal ou órgão equivalente no serviço público ou carteira de trabalho no serviço particular)	0,5 ponto por ano	até 2,0 pontos
Participação em	Declaração ou certificado	0,5 ponto cada	até 2,0

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

programas ou projetos	de participação em programas de formação da SME ou projetos educacionais do Governo Federal		pontos
Produção Acadêmica	Publicações de artigos científicos, capítulos de livros, resumos expandidos, trabalhos em Anais de Congresso (todos na área educacional)	0,5 cada	até 1, ponto
Atuação em Conselhos/ Órgãos Colegiados	Comprovação com publicação em Diário Oficial ou declaração do órgão colegiado em, Conselho de Educação, Conselho do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar ou Fórum Educacional	0,5 ponto por mandato	até 1,0 ponto
Pontuação Máxima			13 pontos

7. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

7.1. Será admitida a interposição de recursos, devidamente fundamentados, contra:

I – indeferimento da inscrição;

II – questões e gabarito preliminar da prova objetiva;

III – resultado da análise documental/curricular, da avaliação técnica, da apresentação pública ou do plano de gestão;

IV – resultado final do processo seletivo.

7.2. O recurso deverá ser interposto no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da divulgação oficial do ato ou resultado questionado, exclusivamente por meio de formulário

próprio (modelos constantes no Anexo V), a ser protocolado na Secretaria Municipal de Educação, no horário de expediente.

7.3. O recurso deverá conter de forma clara, precisa e objetiva:

a) Identificação do candidato (nome, matrícula e função a que concorre);

b) Indicação da etapa, ato ou questão objeto do recurso;

c) Exposição fundamentada das razões do pedido, com base em legislação, normas, critérios do edital ou elementos técnicos pertinentes;

d) Anexação de documentos comprobatórios, quando couber.

7.4. Não serão conhecidos recursos que:

a) sejam intempestivos (fora do prazo estabelecido);

b) sejam apresentados por meio diverso do previsto neste Edital;

c) não contenham fundamentação lógica e consistente;

d) apresentem linguagem ofensiva ou desrespeitosa;

e) não tenham assinatura do candidato ou procurador legalmente constituído.

7.5. Cada candidato poderá interpor um único recurso por ato ou resultado publicado, não sendo admitida a apresentação de novos documentos ou justificativas após o protocolo inicial.

7.6. A Comissão Organizadora analisará os recursos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do período de interposição, emitindo decisão fundamentada.

7.7. A decisão da Comissão Organizadora sobre os recursos será definitiva, não cabendo novo pedido de reconsideração.

7.8. Eventual retificação decorrente do julgamento de recursos poderá alterar resultados e classificações, ainda que implique em modificação da situação inicial de outros candidatos.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E NOMEAÇÃO

8.1. A classificação final do processo seletivo será obtida exclusivamente a partir da soma da pontuação obtida na Avaliação Técnica (Prova Objetiva) e da pontuação atribuída ao Plano de Gestão pelo Comitê Técnico Avaliador, conforme critérios previstos neste Edital.

8.2. O Parecer Consultivo emitido pelo Conselho Escolar será encaminhado ao Secretário Municipal de Educação, com caráter exclusivamente orientador, sem força vinculante, não compondo a pontuação final do candidato.

8.3. Em caso de empate na pontuação final, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) maior nota obtida na Avaliação Técnica;
b) maior nota obtida no Plano de Gestão.

8.4. A classificação final será publicada em Diário Oficial do Município no endereço eletrônico https://mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/publicacoes e disponibilizada no sítio eletrônico da Prefeitura de Mangaratiba.

8.5. A nomeação dos candidatos aprovados será realizada por ato do Prefeito Municipal, nos termos do Art. 53 do Decreto nº 5.178/2025, o qual definirá, dentre os aprovados, os candidatos que serão nomeados às funções.

8.6. O candidato nomeado que não assumir a função no prazo estabelecido será considerado desistente, sendo convocado o próximo candidato classificado, conforme lista final homologada.

8.7. Os candidatos não nomeados integrarão o Banco de Reserva, nos termos do Art. 69 do Decreto nº 5.178/2025, podendo ser convocados para suprir eventuais vacâncias ou substituições durante o período de vigência do mandato.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

9. DO BANCO DE RESERVA

9.1. Os candidatos aprovados em todas as etapas obrigatórias do processo seletivo, mas não nomeados para as funções de Diretor Escolar ou Coordenador Pedagógico, comporão o Banco de Reserva, nos termos do Art. 69 do Decreto nº 5.178/2025, para suprir futuras substituições e vacâncias durante o triênio.

9.2. Para fins de classificação no Banco de Reserva, além da pontuação obtida na Avaliação Técnica e no Plano de Gestão, será considerada também a pontuação adicional atribuída aos documentos de caráter não obrigatório, apresentados pelos candidatos, conforme item 6.3.1 deste Edital.

9.3. A classificação no Banco de Reserva obedecerá à ordem decrescente da soma da pontuação final (Avaliação Técnica + Plano de Gestão + Documentos adicionais de caráter não obrigatório).

9.4. Em caso de empate na classificação para o Banco de Reserva, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) maior pontuação na Avaliação Técnica;
b) maior pontuação no Plano de Gestão;
c) maior tempo de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba;
d) maior idade do candidato.

9.5. A listagem do Banco de Reserva será publicada em Diário Oficial do Município e disponibilizada no sítio eletrônico da Prefeitura de Mangaratiba.

9.6. A inclusão no Banco de Reserva não gera direito adquirido à nomeação, mas apenas a expectativa de direito, limitada ao período de vigência do mandato da equipe gestora.

10. DA AVALIAÇÃO DAS EQUIPES GESTORAS

10.1. As equipes gestoras nomeadas, compostas por Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico, serão avaliadas semestralmente, em conformidade com o disposto no Art. 65

do Decreto nº 5.178/2025, com vistas a assegurar a qualidade da gestão escolar, o cumprimento das metas institucionais e a efetivação dos princípios da gestão democrática.

10.2. A avaliação terá caráter formativo e de monitoramento contínuo, considerando os seguintes eixos:

a) Avaliação Técnica da Secretaria Municipal de Educação (SME): verificação do cumprimento das atribuições legais, administrativas, pedagógicas e financeiras, observando o Projeto Político-Pedagógico, o Plano Municipal de Educação, os indicadores de rendimento escolar, frequência e eficiência na utilização de recursos públicos;

b) Avaliação Participativa da comunidade escolar: consulta periódica(semestral) à comunidade por meio de instrumentos definidos pela SME (questionários, assembleias, entrevistas ou outros mecanismos), assegurando a manifestação de professores, funcionários, pais, responsáveis e estudantes maiores de idade;

c) Participação obrigatória em programas de formação inicial e continuada: comprovação de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas formações oferecidas ou indicadas pela SME, voltadas à gestão pedagógica, administrativa e financeira.

10.3. O resultado da avaliação será registrado em relatório circunstanciado, elaborado pela SME, contendo:

I – o desempenho técnico da equipe gestora;
II – a síntese da participação da comunidade escolar;
III – a comprovação da participação nos programas de formação;
IV – recomendações de aperfeiçoamento da gestão escolar.

10.4. O relatório de avaliação será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação para conhecimento e arquivamento, garantindo transparência e publicidade dos atos.

10.5. O desempenho insatisfatório em duas avaliações consecutivas ou em três avaliações alternadas poderá ensejar a instauração de procedimento administrativo de

revisão da designação, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme legislação vigente.

10.6. A avaliação das equipes gestoras será parte integrante do processo de fortalecimento da gestão democrática, buscando sempre o aprimoramento institucional, a valorização profissional e a melhoria contínua da qualidade do ensino.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, instituída por ato da Secretaria Municipal de Educação.

11.2. A participação no presente processo seletivo implica a aceitação integral e irretratável das condições e normas estabelecidas neste Edital, bem como das orientações e decisões da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, não cabendo alegação de desconhecimento.

11.3. Todos os prazos definidos neste Edital serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia do vencimento, salvo disposição em contrário.

11.4. O processo seletivo regulamentado por este Edital terá validade pelo período do mandato da equipe gestora (03 anos), podendo ser prorrogado em situações excepcionais, mediante ato fundamentado da Secretaria Municipal de Educação e autorização do Prefeito Municipal.

11.5. A qualquer tempo, o processo seletivo poderá ser anulado ou revogado por interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que caiba aos candidatos direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.6. A homologação do resultado final será realizada pela Secretaria Municipal de Educação e publicada no Diário Oficial do Município, com ampla divulgação no sítio eletrônico da Prefeitura.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

11.7. O cronograma detalhado das etapas do processo seletivo constará em anexo a este Edital e terá caráter orientador, podendo ser alterado mediante aviso prévio e publicação oficial, respeitados os princípios da publicidade, transparência e razoabilidade.

11.8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Renato Delmiro Cabral
Secretário Municipal de Educação
PORTARIA Nº 2044 DE 01 DE JANEIRO DE 2025

Mangaratiba, 28 de agosto de 2025

Renato Delmiro Cabral
Secretário Municipal de Educação
Port. ADM n° 2044/2025

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº _____/2025
PROCESSO SELETIVO PARA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES GESTORAS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANGARATIBA

FICHA DE INSCRIÇÃO

1. Dados Pessoais

Nome completo: _____

Data de nascimento: ____/____/_____

CPF: _____

RG: _____

Matrícula: _____

Cargo efetivo: _____

Endereço residencial: _____

Telefone: (____) _____

E-mail: _____

2. Função a que concorre:

( ) Diretor Escolar

( ) Coordenador Pedagógico

3. Unidade Escolar de opção:

_____

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

4. Documentos apresentados (assinalar com X):

( ) Documento de identidade com foto

( ) CPF

( ) Contracheque atualizado (comprovação de vínculo ativo)

( ) Diploma de graduação

( ) Certificado de especialização lato sensu (se aplicável)

( ) Declaração de disponibilidade (Anexo I)

( ) Certidão negativa de penalidade administrativa

( ) Declaração funcional (não estar em licença, readaptação etc.)

Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente das condições estabelecidas no Edital nº ____/2025.

Mangaratiba, ____ de _____ de 2025.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

DECLARAÇÃO

Eu,_____,
servidor(a) efetivo(a) do Município de Mangaratiba, matrícula nº _____,
inscrito(a) no CPF nº _____, declaro, para os devidos fins, que tenho **disponibilidade para atuar em regime de 40 (quarenta) horas semanais**, caso seja designado(a) para a função de Diretor Escolar ou Coordenador Pedagógico, em conformidade com as disposições do Edital nº _____/2025.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração implicará nas sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Mangaratiba, ____ de _____ de 2025

_____

Assinatura do(a) Declarante

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO III

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

(fazer em duas vias uma do candidato outra colocar com os documentos no envelope A4 entregue pelo candidato)

Nome do(a) candidato(a): _____

Matrícula: _____

Função pretendida: ( ) Diretor Escolar ( ) Coordenador Pedagógico

Unidade Escolar de opção: _____

Documentos entregues:

( ) ficha de inscrição e documentos de requisito obrigatório.

( ) Outros documentos para pontuação adicional (especificar):

Categoria	Descrição	Quantidade entregue
Formação Continuada	Curso de aperfeiçoamento/capacitação na área educacional com o mínimo de 40 horas cada	
Especializações adicionais	Pós-graduação lato sensu (mínimo de 360 horas), além da exigida para inscrição	
Mestrado ou Doutorado	Diploma de Mestrado (2,0 pontos) ou Doutorado (3,0 pontos)	
Experiência em Gestão Escolar	Declaração de tempo comprovado em funções de direção, coordenação, supervisão ou orientação educacional (expedida pelo Departamento Pessoal ou órgão equivalente no serviço público ou carteira de trabalho no serviço particular)	

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

Participação em programas ou projetos	Declaração ou certificado de participação em programas de formação da SME ou projetos educacionais do Governo Federal	
Produção Acadêmica	Publicações de artigos científicos, capítulos de livros, resumos expandidos, trabalhos em Anais de Congresso (todos na área educacional)	
Atuação em Conselhos/ Órgãos Colegiados	Comprovação com publicação em Diário Oficial ou declaração do órgão colegiado em Conselho de Educação, Conselho do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar ou Fórum Educacional	
Total entregue		

Recebido por: _____

(Nome legível e assinatura do servidor responsável)

Data: ____/____/2025 Horário: ____:____

Assinatura do(a) candidato(a):

_____

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO IV

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº ____/2025
PROCESSO SELETIVO PARA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES GESTORAS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANGARATIBA

1. Identificação

• Nome do candidato(a): _____

• Função a que concorre: ( ) Diretor Escolar ( ) Coordenador Pedagógico

• Unidade Escolar de opção:

_____

2. Diagnóstico Situacional

• Caracterização da Escola: (porte, número de alunos, localização, histórico, infraestrutura etc.)
• Indicadores educacionais: (IDEB, aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série)
• Principais desafios identificados:

3. Diretrizes e Objetivos

• Diretrizes gerais: (valores, princípios, alinhamento ao PME, PPP e BNCC)
• Objetivos estratégicos:
1. _____
2. _____
3. _____

4. Plano de Ação

Meta	Ação/Atividade	Responsáveis	Prazo	Recursos Necessários	Indicadores de Avaliação
Ex.: Melhorar os índices	Implementar projeto semanal de leitura	Coordenação Pedagógica e Professores do 1º ao 3º ano	Março a Dezembro/ 2026	Biblioteca, material didático, parcerias	Avaliações diagnósticas semestrais,

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

de leitura no 3º ano				com famílias	relatórios de desempenho

5. Gestão Participativa e Comunicação

• Mecanismos de participação da comunidade escolar:
- Conselho Escolar
- Grêmio Estudantil
- Associação de Pais e Mestres
- Reuniões periódicas abertas

• Canais de comunicação: (murais, aplicativos, redes sociais institucionais, assembleias escolares etc.)

6. Monitoramento e Avaliação

• Instrumentos: relatórios periódicos, reuniões de acompanhamento, avaliação de indicadores educacionais.
• Periodicidade: semestral.
• Forma de devolutiva à comunidade escolar: apresentação de resultados em reuniões abertas.

7. Considerações Finais

Espaço para o candidato expor sua visão de gestão, justificativa das prioridades apresentadas e compromisso com os princípios da gestão democrática.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO V

MODELOS DE RECURSO

Modelo 1 – Recurso contra indeferimento de inscrição

EDITAL Nº ____/2025

PROCESSO SELETIVO PARA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES GESTORAS

RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu, _____,

inscrito no CPF nº _____, matrícula nº _____,

candidato à função de ( ) Diretor Escolar ( ) Coordenador Pedagógico, venho, respeitosamente, interpor RECURSO contra o indeferimento de minha inscrição, pelos seguintes fundamentos:

(expor de forma clara e objetiva os motivos do pedido, apresentando documentos comprobatórios, se houver)

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Nestes termos,

Peço deferimento.

Mangaratiba, ____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do(a) candidato(a)

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

Modelo 2 – Recurso contra questões e gabarito da prova objetiva

EDITAL Nº _____/2025

PROCESSO SELETIVO PARA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES GESTORAS

RECURSO CONTRA QUESTÃO/GABARITO DA PROVA OBJETIVA

Eu, _____,

inscrito no CPF nº _____, matrícula nº _____,

candidato à função de ( ) Diretor Escolar ( ) Coordenador Pedagógico, venho interpor RECURSO contra a questão nº _____ da prova objetiva, pelos seguintes fundamentos:

[expor de forma clara e objetiva os motivos, indicando bibliografia ou legislação que sustente o pedido de revisão/alteração/anulação da questão ou do gabarito]

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Nestes termos,

Peço deferimento.

Mangaratiba, ____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do(a) candidato(a)

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

Modelo 3 – Recurso contra resultado final

EDITAL Nº _____/2025

PROCESSO SELETIVO PARA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES GESTORAS

RECURSO CONTRA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Eu, _____,

inscrito no CPF nº _____, matrícula nº _____,

candidato à função de ( ) Diretor Escolar ( ) Coordenador Pedagógico, venho interpor RECURSO contra a CLASSIFICAÇÃO FINAL do Processo Seletivo, em ___/___/2025, pelos seguintes fundamentos:

(expor de forma clara e objetiva as razões do pedido, demonstrando inconsistências na pontuação final, na classificação ou na aplicação dos critérios de desempate)

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Nestes termos,

Peço deferimento.

Mangaratiba, ____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do(a) candidato(a)

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

Modelo 4 – Recurso contra o resultado preliminar da Avaliação do Plano de Gestão

EDITAL Nº _____/2025

PROCESSO SELETIVO PARA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES GESTORAS

RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Eu, _____,

inscrito no CPF nº _____, matrícula nº _____,

candidato à função de ( ) Diretor Escolar ( ) Coordenador Pedagógico, venho, respeitosamente, interpor RECURSO contra o resultado preliminar da Avaliação do Plano de Gestão, em ___/___/2025, pelos seguintes fundamentos:

(expor de forma clara e objetiva eventuais inconsistências na soma da pontuação dos documentos adicionais, aplicação incorreta dos critérios de desempate ou erro material na publicação da listagem)

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Nestes termos,

Peço deferimento.

Mangaratiba, ____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do(a) candidato(a)

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO V – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Etapa	Data	Observações
Período de Inscrições e entrega de documentos	06 a 13/10/2025	Presencial, na SME, com entrega no envelope A4
Divulgação da lista preliminar de inscritos (deferidos/indeferidos)	16/10/2025	Diário Oficial do Município
Edital de convocação para prova objetiva	16/10/2025	Diário Oficial do Município
Prazo para recurso contra indeferimento de inscrição	17 e 20/10/2025	2 dias úteis
Divulgação da lista final de inscritos homologados	22/10/2025	Após análise dos recursos
Aplicação da Prova Objetiva (Avaliação Técnica) e entrega do Plano de Gestão	25/10/2025 sábado	Local a ser divulgado
Divulgação do gabarito preliminar da prova	29/10/2025	Diário Oficial do Município
Prazo para recurso contra questões/gabarito da prova	30 e 31/10/2025	Presencial na SME
Divulgação do gabarito oficial e resultado preliminar da prova	04/11/2025	Diário Oficial do Município
Prazo para recurso contra resultado da prova objetiva	05 e 06/11/2025	Presencial na SME
Divulgação do resultado final da Avaliação Técnica	07/11/2025	Diário Oficial Mangaratiba

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

Edital de Convocação para apresentação pública	07/11/2025	Diário Oficial de Mangaratiba
Apresentação Pública e Entrevista com a Comunidade Escolar	12 a 19/11/2025	Conforme definido no Edita de Convocação para apresentação pública
Divulgação do resultado preliminar da Avaliação do Plano de Gestão	25/11/2025	Diário Oficial do Município
Prazo para recurso contra resultado da Avaliação do Plano de Gestão	26 e 27/11/2025	Presencial na SME
Divulgação do resultado final da Avaliação do Plano de Gestão	01/12/2025	Diário Oficial de Mangaratiba
Publicação da Classificação Final dos candidatos (Pontuação Prova + Plano de Gestão)	02/12/2025	Diário Oficial de Mangaratiba
Prazo para recurso contra Classificação Final	03 e 04/12/2025	Presencial na SME
Divulgação do resultado definitivo e homologação do processo seletivo	05/12/2025	Homologado pela SME

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

TERMO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mangaratiba
CONTRATADA: MV Soluções de Serviços e Comércio Ltda- CNPJ: 47.240.359/0001-08.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO DE VIAS NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA - RIO DE JANEIRO, conforme Pregão Eletrônico SRP nº 020/2025, referente à Ata de Registro de Preços nº 031/2025, Contrato Administrativo nº 043/2025.

MOTIVO: Em atenção à Decisão Monocrática do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no Processo nº 226.350-1/2025 e conforme fatos relatados, a Administração entende prudente determinar a suspensão da execução dos serviços referente ao Contrato Administrativo nº 043/2025, com fundamento no art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021, até ulterior manifestação definitiva daquele órgão de controle acerca da representação em referência.

PRAZO: Até a manifestação definitiva do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Atenciosamente,

Mangaratiba, 26 de agosto de 2025.

LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Luís Eduardo Lopes da Costa
Secretário Municipal de Obras
e Infraestrutura
Portaria: 2048/2025

1

CMPCM - CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATINBA

DECISÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

A Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições regimentais, vem a público notificar as partes interessadas a respeito da decisão proferida em resposta à solicitação de recurso apresentada pela candidata **MARINA BARROS FERREIRA SOBRINHA**, concorrente ao Setorial de Dança, conforme o chamamento eleitoral constante no Diário Oficial nº 2335 de 05 de Agosto de 2025.

DO RECURSO IMPETRADO

A recorrente solicitou a **impugnação da candidatura** do Sr. **SAULO FRANÇA DA SILVA,** também concorrente ao Setorial de Dança, sob a alegação de que este estaria exercendo cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Mangaratiba, o que, segundo o recurso, configuraria violação do artigo 8º do regimento eleitoral vigente, que trata dos impedimentos para candidaturas.

Do Parecer e Decisão

Após análise minuciosa da solicitação, esta Comissão Eleitoral decidiu **acatar o recurso** interposto pela candidata Marina Barros Ferreira Sobrinha, concedendo provimento à sua solicitação. A decisão se fundamenta na constatação de que o candidato citado, de fato, descumpriu as normas do edital eleitoral, especificamente no que tange à incompatibilidade entre o exercício de cargo comissionado e a elegibilidade.

Ademais, a Comissão Eleitoral, em revisão de outros registros de candidatura, identificou a mesma irregularidade em outros processos. Diante disso, e em estrita observância aos princípios da isonomia e da legalidade, a Comissão votou para que a decisão de impugnação fosse estendida às seguintes candidaturas:

- **SAULO FRANÇA DA SILVA – IMPUGNADO**
- **ANDERSON DE OLIVEIRA AMENDOLA DA SILVA – IMPUGNADO**
- **RAPHAEL DE OLIVEIRA BONDIM – IMPUGNADO**
- **GISELLE RENATA DA SILVA BORGES SOUSA – IMPUGNADO**

Do Prazo para Contraditório e Nova Data Eleitoral

Conforme o regimento, concede-se aos candidatos impugnados o direito de resposta e contraditório, estabelecendo-se o prazo de **03 (três) dias úteis** a partir da publicação deste comunicado para a apresentação de defesa.

Considerando os trâmites necessários para a regularização do processo eleitoral, a Comissão decidiu, por unanimidade de votos, pelo **adiamento do pleito** para o dia **12 de setembro de 2025**, mantendo-se o mesmo local e horário previamente estabelecidos.

CMPCM - CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATINBA

Com a finalização dos pontos em pauta, a Comissão encerra a presente sessão e torna pública esta decisão para o devido conhecimento de todos.

COMISSÃO ELEITORAL

DEISE LUCI DA SILVA FREITAS

LIANA CLÁUDIO

REGINA CÉLIA DE OLIVIEIRA DAS NEVES LEMOS

PAULO ROBERTO GOMES

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DOS CANDIDATOS AS CADEIRAS DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA

NOME	MINI BIOGRAFIA	SEGMENTO QUE PRETENDE CONCORRER	RESULTADO
GISELLE RENATA DA SILVA BORGES SOUSA	Formada Cangica – Giselle Borges Capoeirista desde 2014, formada por Contramestre Hemerson na Associação de Capoeira Vôo da Iúna (ACVI) – grupo fundado pelo Mestre Neto em Itaboraí, Rio de Janeiro – e iniciou seus treinos no núcleo da Pavuna, também no Rio de Janeiro. Em 2015, trouxe junto com o Contramestre Hemerson o Projeto Ginga para Muriqui, transformando o calçadão em um espaço de inclusão, movimento e cultura. Desde 2021, atua como professora, multiplicando a arte da capoeira em diversos núcleos do município de Mangaratiba. Atualmente, conduz turmas em: Muriqui: 1 turma infantil (6 a 12 anos) e 1 turma feminina (a partir de 15 anos) Praia Grande: 1 turma infantojuvenil (6 a 17 anos) Sahy: 1 turma infantojuvenil (6 a 17 anos) e 1 turma jovem/adulto/idoso (a partir de 12 anos) Também lidero o Projeto Ginga Mulher, voltado para mulheres maduras, adultas, sedentárias, donas de casa, ex-atletas e idosas, atualmente com 14 alunas, promovendo saúde, autoestima e sociabilidade. Com o lema "Respeito, disciplina e dedicação" e inspirada pela filosofia Ubuntu – "Sou o que sou porque somos todos nós" –, sua missão é usar a capoeira como ferramenta de transformação social. Hoje, o Projeto Ginga atende 56 alunos em diferentes polos de Mangaratiba, incluindo a AMAM (Associação de Moradores Amigos de Muriqui), a Quadra do Figueirão e o Iate Clube de Muriqui, mantendo viva a tradição e a energia dessa arte brasileira.	**Setorial de Capoeira**	**HABILITADO**
ANDERSON DE OLIVEIRA AMENDOLA DA SILVA	Mini currículo: Anderson Amendola, artista Latino-americano, advogado constitucionalista, bacharel em relações internacionais, Mestre em Estudos Estratégicos, Pós-graduando em Direito Público e Direito Administrativo. Produtor Cultural (projetos Gigantes da Costa Verde, Rabiscando HQ em Mangaratiba & Olhar Mangaratibano), ator (Cia Mangará e Cia Duarte), pernalta,	**Setorial de Cultura Brasileira**	**HABILITADO**

	dançarino (Quadrilha Mangará & Quadrilha de Gigantes), artista popular, brincante, circense (@turmaemcena), aprendiz de Músico (flauta transversal) e Desenho/pintura (Encontros Artísticos – Mangaratiba). Formação Profissional como Ator Registro Profissional de Ator (nº 0062670/RJ), escritor de peças teatrais ("a Lenda da Bela Adormecida" e "Fragmentos De Shakespeare"), oficineiro de perna-de-pau e artes circenses (Oficina Pré-Carnaval), Capoeirista do grupo Associação de Capoeira Cordão de Contas (ACCC) (@ocordaodecontasoriginal) com e de Karatê no Venito Dojo, integrante e fundador dos grupos: Coletivo Gigantes de Mangaratiba, Cia de Teatro Mangará, Bloco Gigantes da Costa Verde.		
CHARLES DOS SANTOS TORRES	Ator/ Diretor Teatral- Registro N° 29508, desde 1992, atuante no teatro nos espetáculos; O Último Carro, Lisistrata, Os Menecmos, O Último Discurso de Um Revoltado, O palhaço e o Herói, e outros; No Cinema, filmes; Cidades dos Homens/O2 Filmes, Cara e Coroa, de Leu Coller/independente. Produções; filme Os desafinados/Selton Mello, Gincana cultural/Governo Benedita da Silva e outros. curso de cinco, professor teatral no Projeto Amigo da Escola/ Governodo Estado RJ, Programa PTPA/FIA, Governo do Estado, FUNRIO. Colegios; Cemaco, Novo Rumo, Guararapes em João de Meriti, e outros. Diretor executivo na empresa Cultura Ativa. Projeto cultural; festival de Teatro Estudantil. Escritor; livro Como nasse o ator, Discutindo os seus pensamentos, Aprimorando sua capacidade, através da Educação e do Direito e outros.	**Setorial de Teatro**	**HABILITADO**
ULISSES FIGUEIREDO TAVARES	ULISSES FIGUEIREDO TAVARES Casado, Idealizador e Coordenador do Projeto Italog de arte e educação ambiental. Presidente eleito da Casa do Artesão de Angra dos Reis. Ex-Conselheiro de Cultura eleito na Câmara Setorial do Artesanato em Angra dos Reis. Profissional brasileiro com experiência nas áreas técnica, de gestão e das artes. Formação em Logística, Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais e Domésticos, Telecomunicações e Eletrônica. Atuou profissionalmente em diversas empresas, ocupando cargos técnicos e de supervisão na Rina do Brasil, na Alfaerb Telecomunicações, na Nextel /Nokia Systems Network, na ATL/Claro, na NEC do Brasil e na extinta TELERJ, além de sócio proprietário no Restaurante Palladar de Itaguaí e de gerente geral na	**Setorial de Artesanato**	**HABILITADO**

	Pousada Casa Brasil, na vila de Trindade em Paraty. Como artesão, ainda jovem, acompanhava seus avós na arte da carpintaria e da marcenaria e com sua mãe, aprendeu técnicas como crochê, costura cristiva e pintura à mão livre, desenvolvendo durante sua vida técnicas criativas próprias de trabalho. Capacitou-se em gestão, administração, curadoria e finanças, em instituições como Senac, Ministério do Meio Ambiente, UFRRJ, Ministério da Cultura, UERJ, Secretaria de Meio Ambiente de Itaguaí e Mangaratiba, Secretaria de Turismo de Mangaratiba, movimento "ConstruArtes" de Curadoria, Instituto POESIS, Instituto ECOAR, Instituto Meio (Vale), AIC, Câmara Temática de Turismo Rural do Rio Grande do Sul, Ativação Cultural Itaguaí, ABMES (Estácio), Sebrae, Caravana Rio Criativo, Instituto Nossa Causa, Nuclep, Portal Educação, Descola.org, Secretaria de Saúde e Defesa Civil de Mangaratiba, Estácio/ENADE, Instituto IECAP, UFRRJ, CÁRITAS, entre outras. Em sua jornada adquiriu proficiência intermediária em espanhol e inglês, além de diversas certificações complementares e de extensão, como segurança no trabalho (NR10 e NR35); habilitações de CNH e Arraes Amador; Gestão de Projetos Culturais; Formação em Conselheiro Municipal, entre outras.		
PAULO ROBERTO DA SILVA SANTANNA	MUSICO, CANTOR E COMPSITOR, FAZEDOR DE CULTURA E COORDENADOR DE VARIOS PROJETOS - PRESIDENTE DA ASSOPESCA SAHY - MORADOR DA PRAIA DO SAHY E TEM UM QUIOSQUE COM SEU NOME ARTISTICO PAULINHO ESTILOSO	**Setorial de Audiovisual**	**HABILITADO**
FELIPE AUGUSTO DA SILVA	Vocalista, violonista e guitarrista. Membro e fundador da banda Rock a Vapor.	**Setorial de Música**	**HABILITADO**
MARINA BARROS	Artista bailarina Clássica ,bailarina de danças Afro Brasileiras, Jazz e dança Cigana ,diretora do STÚDIO DE DANÇA Marina Barros, artee educadora iniciou seus trabalhos como bailarina em alguma Cias de Dança do Rio de Janeiro,onde se aperfeiçoou e profissionalizou com nomes consagrados do meio como Beti Antunes, Kátia Bezerra, Gilberto de Assis, Maria Lúcia Priolli, Jorge Lafond entre outros. Coreógrafa de alas de Escolas de Samba (GRES União de Jacarépaguá,Renascer de Jacarépaguá,Tradição entre outras) coordenadora cultural de projetos sociais , participou de vários congressos, fóruns setoriais,	**Setorial de Dança**	**HABILITADO**

	Conferências regionais para plano estadual de cultura, gravações de novelas como cananga do japão,beleza pura entre outras e festivais de dança atuando como bailarina e componente da banca availadora. Artista profissional com graduação em Dança de Salão e coreografia (Universidade Estácio de Sá), trabalhou durante muito tempo com os Mestres de Dança de Salão, João Medeiros da escola de samba Tradição , ministrando aulas e shows, gravou dvd e algumas outras produções com Carlinhos de Jesus, possui especialização em dança sênior (idosos) e dança criativa (portadores de necessidades especiais) ANDEF, licenciada em Dança,desenvolveu métodos práticos como o estímulo ao movimento por meio da dança, a partir do ano de 2005 iniciou com toda essa bagagem na Cidade de Mangaratiba,Itaguaí e Angra dos Reis, diversos trabalhos em todas as modalidades de dança, ministrou aulas em todos os núcleos da terceira idade e outros espaços de todos os Distritos ,desenvolveu um trabalho específico de dança dentro da Escola Emanuela Ribeiro (CER) criando a Cia inclusid@nça, Diretora artística do Instituto para Arte & Cultura, Diretora e Formadora do grupo Cultural Elas no Batuque, militante de entidades e instituições buscando a profissinalização e capacitação de artistas da dança,trabalhou com oficinas de dança no Grupo vida longa e saudável, é Produtora Cultural formada pela FGV, pela secretaria de Cultura do Estado do RJ concluiu o curso de formação de agentes e gestores culturais, PADEC. É membro da Diretoria fundadora da Escola de Samba da Costa Verde (gres Unidos da Costa Verde),é membro da Diretoria fundadora da Confederação Recreativa de Blocos Carnavalescos da Costa Verde.Fundadora do Bloco carnavalesco Baila Comigo, grupo cultural de quadrilha junina. Dhc em Cultura, congratula da com o prêmio Heloneida Studart da comissão de Cultura da Alerj, representante do Colegiado Estadual da Dança na Região da Costa Verde, mulher da reliese Matriz africana, Atua ministrando aulas de dança de salão e outras modalidades executando projetos culturais de formação e oficinas, prestou serviço para IDEC, como oficineira, com o projeto de Container das Artesapresentações com seu parceiro, instrutor de Dança de Salão, produz cerimoniais para casamentos, bodas e 15 anos, feiras e eventos de pequeno,médio e grande porte.		
MARLON ROSA SOARES	Sou Carioca e morador de Mangaratiba há 25 anos, tenho 58 anos de idade e trabalhando com artesanato a mais de quarenta anos, usando técnicas de nós com cordas, e também madeira e bambu, sempre de forma sustentável, paralelamente a Contabilidade como profissão de formação, mas atualmente me dedicando quase que só do artesanato.	**Setorial de Artesanato**	**HABILITADO**

	Estou disposto a fazer parte deste conselho e poder contribuir de alguma forma com todos os conhecimentos adquiridos ao longo da vida.		
ROBSON DO NASCIMENTO	Me chamo Robson do nascimento tenho 48 anos e pratico a arte da capoeira a 35 anos,sou fundador do Grupo de Capoeira Geração Eleita. Onde hoje tenho cerca de 60 alunos incluindo crianças especiais (Autismo, Paralisia cerebral e síndrome de dawn). O meu projeto é totalmente gratuito para crianças, adolescentes e Adultos. Sou morador de muriqui a 40 anos, casado e pai de 8 filhos.	**Setorial de Cultura Brasileira, Setorial de Capoeira**	**HABILITADO**
ROBSON DO NASCIMENTO	Me chamo Robson do nascimento tenho 48 anos e pratico a arte da capoeira a 35 anos sou fundador do Grupo de capoeira Geração Eleita tenho cerca de 60 alunos incluindo crianças especiais (autismo, paralisia cerebral e síndrome de down) meu trabalho e totalmente gratuito para crianças, adolescentes e Adultos. Moro em muriqui a 40 anos sou casado e pai de 8 filhos. Sou conhecido como Mestre MURIQUI.	**Setorial de Capoeira**	**HABILITADO**
JORGE LUIZ DA SILVA	1994 - Iniciei capoeira no grupo “Fundação Capoeira”, onde aprendi os movimentos e conhecimentos básicos sobre a capoeira, permaneci no grupo durante 3 anos, e posteriormente comecei a treinar capoeira angola sem grupo definido e esporadicamente. 2004 - Passei a treinar no “Centro Cultural Senzala de Capoeira” onde estou até hoje. 2011 - Já com a graduação de professor, ministrei aulas no colégio Estadual Amaro Cavalcanti no Largo do Machado e tive a oportunidade de viajar para o Chile para ministrar cursos ligados à cultura negra e instrumentos da capoeira. Ao longo destes anos continuei promovendo cursos e oficinas de capoeira por alguns estados do Brasil. 2013 – Iniciei um trabalho na Escola Municipal Augusto Paulino Filho no Méier-RJ, onde ministrei aulas para os alunos através de um projeto de inclusão municipal. 2014 - Iniciei aulas de capoeira no “Projeto Social Encontro Esperança na comunidade do São João - Engenho Novo - RJ” 2015 - Iniciei com aulas de capoeira na “Quadra da Escola de Samba Lins Imperial”, juntamente com um projeto da comunidade do Lins de Vasconcelos - RJ. 2018 a 2020 – Ministrei aulas juntamente com outros professores de capoeira em Vila Isabel - RJ Na comunidade do “Morro dos Macacos” e na Quadra de Escola	**Setorial de Capoeira**	**HABILITADO**

	de Samba "Unidos de Vila Isabel" 2020 - Devido a Pandemia do Covid-19 as aulas foram interrompidas e posteriormente rodas e eventos com máscaras era permitido de forma limitada. 2022 - Através de um Projeto Social da Guarda Municipal do Rio de Janeiro , iniciei um projeto onde foram formadas 03 turmas infantil, todas as idades e turma da Melhor idade, com idades entre 4 a 75 anos. incluindo alunos PCD (Pessoa com Deficiência) 2023 - Comecei a Ministrar aulas de Capoeira no Quinta de Casa na Praia do Saco 2024 - Dei início a um Projeto de Capoeira (gratuito) no espaço "Galeria da Praia" localizado na Praia do Saco - Mangaratiba 2025 - As Aulas passaram a ser ministradas no CIEP 294 Candido Jorge Capixaba na Praia do Saco em Mangaratiba. Curso de Qualificação: Formação: Nível Superior em Psicologia pela Universidade Celso Lisboa		
EDNA CRISTINA DE OLIVEIRA AMENDOLA	🎭 Edna Amendola Atriz(DRT n°0062427-RJ), bióloga, educadora ambiental, produtora cultural, artesã, oficineira, figurinista, bailarina, brincante, pernalta, circense, dançarina, capoeirista (Cordão de Contas) e karateca (Dojô Venito), além de integrar e fundar grupos como Gigantes de Mangaratiba, Gigantes da Costa Verde, Cia de Teatro Mangará e Blocos Baila Comigo, Coreto Alternativo e Ala Garça. Atuou em diversas peças, como As Medeias (2022), Cadê o Chauá?, A Bruxinha que Era Boa (2023-2024), e Lendas e Parlendas (2024), além da 1ª Paixão de Cristo em Mangaratiba (2025), A Lenda da Bela Adormecida ,em 2025 atuando pela CiadoDuart no espetáculo Malandragem uma Longa Estrada. Participou de festivais e eventos culturais em Mangaratiba, Paraty, Itaguaí, Teresópolis e Rio de Janeiro, além de apresentações com os grupos Turma em Cena e Gigantes de Mangaratiba. É Conselheira de Cultura de Mangaratiba (2023-2025)	**Setorial de Teatro**	**HABILITADO**
VINICIUS ANDRADE DE MELO	Trabalha com audiovisual há cerca de 30 anos e desde sua licenciatura em biologia no ano de 2013, passando pela conclusão do mestrado em 2015, vem trabalhando com o meio ambiente em diversas formas. Somando a formação acadêmica à experiência profissional, tem desenvolvido material audiovisual voltado a botânica em seus muitos aspectos, em especial com coumindades tradicionais. Seu documentário "Boas práticas para o	**Setorial de Audiovisual**	

	extrativismo sustentável do Pequi" foi exibido no festival de Cinema Socioambiental da Amazônia (CineAmazônia/2016). Possui experiência profissional desde 1993 em produção de material audiovisual (Rede Manchete de Televisão, TVE, GLOBOSAT e Rede Globo de Televisão, produtoras cariocas). Apesar de se especializar na área de divulgação (Manchete, Globo e Globosat), nas produtoras (durante o curso acadêmico) voltou a suas origens no jornalismo e nos recursos técnicos, trabalhando desde a pré-produção até a finalização do material, passando pela captação de imagens e desenvolvimento de roteiros (ISLA, 2DF). Ao longo do tempo, apesar da formação acadêmica, segue trabalhando em paralelo em diversos projetos audiovisuais que não remetem diretamente a biologia. Recentemente desenvolveu projetos com pescadores artesanais, povos de terreiro, quilombolas e salineiros em Mangaratiba e em outras localidades do estado do Rio de Janeiro. Tem como objetivo principal divulgar boa ciência em outras várias formas de arte.		**HABILITADO**
SAULO FRANÇA DA SILVA	Me chamo Saulo sou professor de zumba no município, trabalho com dança com idosos, coreógrafo de casamento, 15 anos e outros	**Setorial de Dança**	**HABILITADO**
PEDRO LOAN MENDES RODRIGUES	Pê Rodrigues é uma das vozes mais marcantes da cena cultural de Mangaratiba, cantora e intérprete que constrói uma musicalidade potente e acolhedora, atravessada por vivências, pluralidade e posicionamento. Sua caminhada teve início como artista pernalta no grupo Gigantes de Mangaratiba, experiência que moldou sua relação com o corpo e o espaço urbano. Em seguida, formou um duo de voz e violão e, ao lado do multi-instrumentista Daniel Soares, integrou projetos como a Bateria Alternativa, o Sarau Caiçara e ações do Sesc Verão, exercendo o papel de back vocal. Logo se tornou presença constante no Culthureza, onde também atuou como designer, divulgadora e estudiosa de marca pessoal, reforçando sua atuação multifacetada. Passou a integrar o coletivo NKANDA, colaborando na área de comunicação e articulando narrativas que dialogam com ancestralidade, território e presente. Em 2024, foi convidada a somar no tradicional Coro de Coreto, ampliando sua vivência com repertórios históricos e afetivos. No ano seguinte, estreitou sua ligação com a espiritualidade ao colaborar com o Afoxé do Ilê de Oxum Apará,	**Setorial de Patrimônio Material e Imaterial**	**HABILITADO**

	unindo música e religiosidade afro-brasileira. No mesmo período, assumiu papel de destaque no Instituto Lúcia Castilho, organizando o evento Feijão, Batuque e Africanidades, captando músicos e promovendo coletivos culturais; em parceria com Jonas Ravel, passou a representar o instituto no Conselho Municipal de Igualdade Racial, levando uma visão que une respeito aos mais velhos e inovação consciente. Atualmente, dedica-se a um projeto musical democrático e popular ao lado de Fabrício Max, levando apresentações a ruas, comunidades e instituições, incluindo a Prefeitura de Mangaratiba. Como intérprete, destacou-se com "Canção da Ilha", de Alberto Rodrigues, finalista no 22º Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande, reafirmando seu compromisso com causas ambientais e culturais. Pê Rodrigues é presença: corpo em criação, voz que ecoa diversidade, afeto e luta, ampliando os horizontes artísticos e políticos de Mangaratiba		
ROSANA CORRÊA FERREIRA	Nasci no Rio de Janeiro, e escolhi Mangaratiba para viver, atualmente moro em Conceição de Jacareí. Cursei Administração de Empresas, e tenho o artesanato como paixão. A anos me dedico a trabalhar neste segmento. Aprendi ainda criança a costurar a mão, e trabalho com várias técnicas, e materiais como Conchas Marinhas, Feltro, EVA, Linhas e Biscuit. Fui a primeira conselheira na cadeira do artesanato e pretendo retornar para dar segmento aos avanços já alcançados e contribuir cada vez mais para o desenvolvimento de Mangaratiba.	**Setorial de Artesanato**	**HABILITADO**
VIVIANE GALDINO PINTO	Viviane Galdino, professora da educação infantil, ensino fundamental e EJA. Formada em licenciatura de história e artista do grupo gigantes de Mangaratiba nas horas vagas.	**Setorial de Patrimônio Material e Imaterial**	**HABILITADO**
BRUNA CONCEIÇÃO	Em buscar de levar ideias e valorizar cada vez mais a cultura local de Mangaratiba, Bruna Conceição vem no intuito de contribuir com sua bagagem. Reflexão e movimento para o patrimônio material e imaterial de Mangaratiba. Violinista de paixão e entusiasta do conhecimento dos povos tradicionais, o objetivo é cooperar no resgate das raízes artísticas de Mangaratiba.	**Setorial de Patrimônio Material e Imaterial**	**HABILITADO**
VITORIA MACHADO ALVES	Nascida e criada na Ilha da Marambaia, filha de pescadores, estudante da rede pública e atualmente universitária na Universidade Federal Rural do Rio de	**Setorial de Povos Tradicionais e originários**	

	Janeiro (UFRRJ). Ativista pelos direitos quilombolas, fundadora e presidente do Coletivo da Ancestralidade Quilombola, produtora cultural e auxiliar de produção, com atuação voltada à valorização da cultura, memória e ancestralidade de sua comunidade.		**HABILITADO**
MARIA JULIA DOS SANTOS VIERA	MAJU GUERRA, nascida na Ilha da Marambaia, é uma talentosa dançarina e produtora cultural quilombola que carrega em sua trajetória um forte legado familiar de preservação e valorização das tradições afro-brasileiras. Desde 2005, aos oito anos de idade, Maju iniciou sua jornada cultural ao lado de sua mãe, Bárbara Guerra, e sua avó, a griô Vânia Guerra, integrando o grupo de Jongo Filhos da Marambaia, fundado por sua mãe. Com esse grupo, Maju participou de diversas apresentações dentro e fora do município de Mangaratiba, disseminando as tradições culturais de sua comunidade quilombola.Aos 20 anos, já formada em Pedagogia, Maju decidiu ampliar seu campo de atuação ao se profissionalizar como produtora cultural, com foco em comunidades tradicionais. Seu talento e dedicação a levaram a concorrer a diversos editais e chamadas públicas, consolidando seu nome como uma importante representante da cultura quilombola. Em 2020, Maju venceu seu primeiro edital municipal na primeira chamada da Lei Aldir Blanc. Desde então, sua carreira só cresceu: foi vencedora do III Prêmio Fundação Palmares, na categoria dança, além de ser contemplada em editais de destaque, como o Cultura nas Redes II da SECEC/RJ, Povos Tradicionais Presentes RJ, com o projeto "Vivências Quilombolas: Saberes e Tradições", e novamente o Prêmio Quilombola da Fundação Palmares.Com o sucesso da primeira edição do Vivências, Maju expandiu o projeto ao ser contemplada pelo edital Tradições Vivas da SECEC com a segunda edição do "Vivências Quilombolas".	**Setorial de Povos Tradicionais e originários**	**HABILITADO**

	Atualmente, Maju está cursando Licenciatura em Educação do Campo pela UFRRJ e foi selecionada como bolsista no edital Agente Territorial de Cultura do Ministério da Cultura, vencedora do Prêmio Periferia Viva– Min. Das cidades		
IGOR LEÃO DOS SANTOS	Musico e produtor. Como um artista Nortista, trago minhas raizes em todos os projetos que atuo, me entregando de coração aquilo que vai exaltar a cultura.	**Setorial de Música**	**HABILITADO**
EDUARDA CANDEIA CARDOSO GUIMARÃES	Ola! Me chamo Eduarda, tenho 21 anos, sou do Quilombo da Ilha da Marambaia. Estudante de Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ, atuo como estagiária na Defensoria Pública – Núcleo de Combate ao Racismo (NUCORA). Sou mãe solo, capoeirista, jongueira e integrante do grupo cultural Filhos da Marambaia.	**Setorial de Cultura Brasileira**	**HABILITADO**
RAPHAEL DE OLIVEIRA BONDIM	Raphael Bondim é artesão e oficineiro de decapagem em Itacuruçá, Mangaratiba – RJ. Atua com artesanato desde a infância e, em 2020, conquistou sua carteira de artesão. Hoje, ministra oficinas no CRAS de Itacuruçá, unindo técnicas tradicionais e criativas que incentivam a reciclagem, a geração de renda e o lazer artístico.	**Setorial de Artesanato**	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

Número	NOME	RESULTADO
01	Eduardo Alexandre Ramos dos Santos Degenring	**HABILITADO**
02	Camila Sena Santos da Rocha	**HABILITADO**
03	Paulo Sérgio Alves dos Santos	**HABILITADO**
04	Eduardo Gomes da Silva	**HABILITADO**
05	Michael Ambires	**HABILITADO**
06	Claudia Maria da Silva conceição	**HABILITADO**
07	Diego Silva Silveira	**HABILITADO**
08	Greyson Gonçalves Halasz	**HABILITADO**
10	Indiovana dos Reis Silva	**HABILITADO**
11	Messias Mike pereira senra	**HABILITADO**
12	Anderson de Oliveira Amendola da Silva	**HABILITADO**
13	Liana claudio	**HABILITADO**
14	Vitória Suteris da Silva	**HABILITADO**
15	Daiane dos Santos Ferreira	**HABILITADO**
16	Cássio Duarte	**HABILITADO**
17	Adriano Gomes da Silva	**HABILITADO**
18	Maria Do Carmo Alves Brito	**HABILITADO**
19	Thayenne da Silva Gomes	**HABILITADO**
20	Caroline Madureira de castro	**HABILITADO**
21	Maíra Altina da Costa Sousa	**HABILITADO**
22	Gildasio Miranda do Carmo	**HABILITADO**
23	Leandro Silva da Conceição	**HABILITADO**
24	Thais	**INABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

25	allice	**INABILITADO**
26	Aline Jesus Santos de Alvarenga	**HABILITADO**
27	Rosana Xavier da Cruz	**HABILITADO**
28	Luciana Baptista Lima	**HABILITADO**
29	Thayane Amorim de Araújo Santos	**HABILITADO**
30	Madalena Rodrigues da Conceição	**HABILITADO**
31	Thiago Goulart dos Santos	**HABILITADO**
32	Viviane Galdino Pinto	**HABILITADO**
33	Claudemir Francisco da Cunha Junior	**HABILITADO**
34	PAULO ROBERTO DA SILVA SANTANNA	**HABILITADO**
35	Delivan Lucio Fernandes	**HABILITADO**
36	Lorrayne Fernandes Lindaci da Silva	**HABILITADO**
38	Juliana Pereira	**HABILITADO**
39	FERNANDA DE OLIVEIRA SCHMIDT E SILVA	**HABILITADO**
40	DEISE LÚCI DA SILVA FREITAS	**HABILITADO**
41	Felipe Brandão petrochelle	**HABILITADO**
42	Simone Pereira Lima	**HABILITADO**
43	Paulo roberto gomes	**HABILITADO**
44	Rondineli Cardoso das Neves	**HABILITADO**
45	Carla Maria Santana Porto	**HABILITADO**
46	Roberto Pompeu de Carvalho	**HABILITADO**
47	Maria Cristina Pereira Galdino	**HABILITADO**
48	Sueli Negrone Ferreira Pompeu de Carvalho	**HABILITADO**
49	Regina Célia de Oliveira das Neves Lemos	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

50	Flavio Conceição de souza	**HABILITADO**
51	Flavio Pereira	**HABILITADO**
52	Decio Luiz Queiroz	**HABILITADO**
53	Mônica Santos Passos	**HABILITADO**
54	Bruna Pessoa Morais de Castro	**HABILITADO**
55	Marina Barros Ferreira Sobrinha	**HABILITADO**
56	Alessandra dos Santos Ferreira	**HABILITADO**
57	Michael Ambires	**HABILITADO**
58	Duilio Rosa coelho	**HABILITADO**
59	Fabricio max carvas ramalho	**HABILITADO**
60	Guilherme Jorge Xavier Soares	**HABILITADO**
61	Luccas de Aguiar Lopes	**HABILITADO**
62	Gabriel Brito	**HABILITADO**
63	igor leão dos santos	**HABILITADO**
64	Regina dos Santos Silva	**HABILITADO**
65	Maria clara da Silva santos	**HABILITADO**
66	Katia Antunes Zephiro	**HABILITADO**
67	Isabela de Souza Oliveira	**HABILITADO**
68	Carla Aparecida Lins Bueno	**HABILITADO**
69	Sandra Maria Barbosa de Freitas	**HABILITADO**
70	THEREZA Santana de oliveira	**HABILITADO**
71	Leticia Graciela Mozo	**HABILITADO**
72	Elisabete de Souza Vasconcelos	**HABILITADO**
73	Julyanne Christynne Corrêa Ferreira	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

74	Rita de Cassia Campos da Conceição	**HABILITADO**
75	ANDRÉ LUIZ NOGUEIRA SILVA	**HABILITADO**
76	Tânia Maria Gonçalves Santos	**HABILITADO**
77	Rosana Corrêa Ferreira	**HABILITADO**
78	Verônica Helena Souza da rosa	**HABILITADO**
79	Danielle Valente de Oliveira	**HABILITADO**
80	Elaine Cristina Diniz Mattos	**HABILITADO**
81	AURENIVEL ANTONIO DE OLIVEIRA FILHO	**HABILITADO**
82	Julio Cezar	**HABILITADO**
83	Andressa de Souza Brandão	**HABILITADO**
84	Carina de A S Mended	**HABILITADO**
85	Renan Roza da Conceição	**HABILITADO**
86	Luciana Agda Cabral	**HABILITADO**
87	Gerosina Teixeira Santos	**HABILITADO**
88	Rozana Braga dos Santos	**HABILITADO**
89	Tássia Siqueira da Costa	**HABILITADO**
90	Alberto Rodrigues da Silva	**HABILITADO**
91	Sebastião Carlos da apresentação pimenta	**HABILITADO**
92	Maria Luciana Queiroz de Farias	**HABILITADO**
93	Ketleen da Silva Rocha	**HABILITADO**
94	Matheus Wallace de Souza Santos	**HABILITADO**
95	Rian Rodrigues Dantas	**HABILITADO**
96	Amanda Cristina Brito do Nascimento	**HABILITADO**
97	Robson do Nascimento	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

98	Carlos José Vidal da fonseca	**HABILITADO**
99	Alcino dos santos nascimento	**HABILITADO**
100	Lia Mônica da Conceição	**HABILITADO**
101	Marina Varges de Novaes	**HABILITADO**
102	Mariana de Araujo dos Santos	**HABILITADO**
103	Gleicielen de Souza pontes	**HABILITADO**
104	Clayton aparecido dos Santos Gomes	**HABILITADO**
105	Oseas de lima pesro	**HABILITADO**
106	Camila thaisa rezenda da silva	**HABILITADO**
107	Fabiano Cerqueira Ramos	**HABILITADO**
108	Gisele Cristina Bento da Conceição	**HABILITADO**
109	Antônio Geraldo Bertino de Vasconcellos	**HABILITADO**
110	Amanda Cristina Brito do Nascimento	**HABILITADO**
111	Carlos José vidal da fonseca	**HABILITADO**
112	Lucas vicente	**INABILITADO**
113	Ozeas Figueiredo de Souza	**HABILITADO**
114	Fabiano Senra de oliveira	**HABILITADO**
115	Natiele Almeida	**HABILITADO**
116	Valdilene Atanazio Gonçalves dos Santos	**HABILITADO**
117	Tarcísio alberto dos Santos	**HABILITADO**
118	Roberta Cesarino Baptista	**HABILITADO**
119	Aline de Souza	**HABILITADO**
120	Gabriel Nunes fragoso	**HABILITADO**
121	Elaine Nascimento	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

122	Sandro de Oliveira de Souza	**HABILITADO**
123	Maria Luiza Spataro	**HABILITADO**
124	Janair Santana de souza	**HABILITADO**
125	Ketlin Bruno siston	**HABILITADO**
126	Edna Cristina de Oliveira Amendola	**HABILITADO**
127	Henrique Félix Ferreira	**HABILITADO**
128	Valdilene Alves Ramos	**HABILITADO**
129	Luciano Barbosa de Souza	**HABILITADO**
130	Jorge Luiz da Silva	**HABILITADO**
131	Camilla Machado Mariz Laporte	**HABILITADO**
132	milena araújo	**INABILITADO**
133	Enio Almeida Correa	**HABILITADO**
134	ALEXANDRE SANTANA	**HABILITADO**
135	CARLOS EDUARDO DUTRA DA COSTA FILHO	**HABILITADO**
136	María das Graças Ribeiro da Costa	**HABILITADO**
137	Paulo Daniel Pereira Rosa	**HABILITADO**
138	Max junior Mendes de Souza	**HABILITADO**
139	Michelle Souza	**HABILITADO**
140	Tatiane Vicente Aprígio da Silva	**HABILITADO**
141	Maria Stella Baptista Cavalcante	**HABILITADO**
142	Joao Barbosa Filho	**HABILITADO**
143	Lucineia Calegario Murro	**HABILITADO**
144	Tatiana Falcao	**HABILITADO**
145	Andre de Oliveira	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

146	Bruna da Costa Teixeira	**HABILITADO**
147	Telma Maria carveti de Oliveira	**HABILITADO**
148	Ana Paula Antonio Santos Mota	**HABILITADO**
149	LEANDRO PASSOS DUARTE	**HABILITADO**
150	thaíssa santos rodrigues	**HABILITADO**
151	Jane Aparecida Messias	**HABILITADO**
152	Luana	**INABILITADO**
153	Robson Nascimento	**HABILITADO**
154	Abraão Victor da Silva de Souza	**HABILITADO**
155	Rosineide altivo de Azevedo	**HABILITADO**
156	Fabiane Nogueira	**HABILITADO**
157	Carlos Eduardo Queiroz da silva	**HABILITADO**
158	Elaine Loução Coimbra	**HABILITADO**
159	GILDETE DE jesus Coimbra	**HABILITADO**
160	Eni Costa Loução	**HABILITADO**
161	Fernando costa Loução	**HABILITADO**
162	Rômulo Salles de Souza do Nascimento	**HABILITADO**
163	Rodolfo Vidal da guia	**HABILITADO**
164	Rodrigo Jesus Santos Silva Brasilio	**HABILITADO**
165	Renan Felipe Brito do Nascimento	**HABILITADO**
166	Jeferson	**INABILITADO**
167	Vinicius Andrade de Melo	**HABILITADO**
168	Lucimara Ferreira de Souza	**HABILITADO**
169	Lilian Soares Vidal	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

170	Tati Falcao	**HABILITADO**
171	Mirielen Rodrigues	**HABILITADO**
172	Lauriê Moura	**HABILITADO**
173	Adriana Maria Pereira de Faria	**HABILITADO**
174	ADRIANA MARIA PEREIRA DE FARIA	**HABILITADO**
175	Fernanda	**INABILITADO**
176	Cleber	**INABILITADO**
177	Viviane Silveira da silva	**HABILITADO**
178	Eucirene Nunes	**HABILITADO**
179	BARBARA DE SOUZA PEREIRA CABRAL	**HABILITADO**
180	Saulo França da Silva	**HABILITADO**
181	Marilene Silva Fontes	**HABILITADO**
182	Giselle Renata da Silva Borges Sousa	**HABILITADO**
183	Vanessa	**INABILITADO**
184	Raissa Antunes da Silva do Carmo	**HABILITADO**
185	Geilda Ramos Alves	**HABILITADO**
186	Thayanne Martins de Castro	**HABILITADO**
187	Thamyris Vitória Martins de Castro	**HABILITADO**
188	Brena Calazans Domingos de Oliveira	**HABILITADO**
189	Camila roza da Conceição	**HABILITADO**
190	YASMIN RIBEIRO MACHADO	**HABILITADO**
191	Daiany Baptista da Silva	**HABILITADO**
192	ADRIANA LUCIA RIBEIRO MACHADO	**HABILITADO**
193	Yasmin da Silva Fontella	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

194	Roberto de Lima Brito	**HABILITADO**
195	Matheus Antunes do Carmo	**HABILITADO**
196	Micheli Rodrigues de Sousa	**HABILITADO**
197	Sandra de Lima Mendonca	**HABILITADO**
198	Fabiana Parentes Viana soares	**HABILITADO**
199	Maria Cristina Rodrigues dos Santos Freire	**HABILITADO**
200	Cristiane Rangel da Silva	**HABILITADO**
201	Erica De jesus	**HABILITADO**
202	Arthur Soares Ayres	**HABILITADO**
203	viviane Dantas	**HABILITADO**
204	Ana Maria Ferreira Abrahão	**HABILITADO**
205	Lídia Conceição	**HABILITADO**
206	Elisângela Guilherme Mateus da Silva	**HABILITADO**
207	Letícia Rosa Vasconcellos	**HABILITADO**
208	Fabiano	**INABILITADO**
209	Maria jose da silva	**HABILITADO**
210	Gabrieli Milena da Conceição Correa	**HABILITADO**
211	Ozeas Alves Correa	**HABILITADO**
212	Vânia Jurema da Conceição Corrêa	**HABILITADO**
213	Oziel Alves Corrêa	**HABILITADO**
214	Marcus Vinícius Caram de Souza	**HABILITADO**
215	Marcos Luiz de Souza	**HABILITADO**
216	Maria da Guia Peres dos Santos	**HABILITADO**
217	Camilly oliveira	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

218	Miriam de Vasconcellos Bezerra	**HABILITADO**
219	Renato Aguiar Soares	**HABILITADO**
220	Thalles de Oliveira Antonio	**HABILITADO**
221	Alexa da Costa Teixeira	**HABILITADO**
222	Duane Sampaio Souza	**HABILITADO**
223	Aristides Ângelo Barcelos Neto	**HABILITADO**
224	Walery Sampaio Pereira	**HABILITADO**
225	Carlos Roberto Alves Machado	**HABILITADO**
226	Marcia de Oliveira Medeiros	**HABILITADO**
227	Renan Sampaio Souza	**HABILITADO**
228	Sheila Regina Fortes Gonçalves	**HABILITADO**
229	Renata da Costa Paula	**HABILITADO**
230	Vanile Milena da Conceição Corrêa	**HABILITADO**
231	Andreia Vidal	**HABILITADO**
232	Fabrício Mello da Silva	**HABILITADO**
233	Bruno Ramos Teixeira	**HABILITADO**
234	Andreia da Costa Bahia	**HABILITADO**
235	Suany Rodrigues Machado	**HABILITADO**
236	Eliane Mello da Silva	**HABILITADO**
237	Kaiki da Silva Delgado	**HABILITADO**
238	Demetrios	**INABILITADO**
239	Bruna Teixeira do Carmo	**HABILITADO**
240	Rita decot	**INABILITADO**
241	Jéssica Oliveira da Matta	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

242	Joao Gabriel Da Conceição Santos	**HABILITADO**
243	Lívia Figueiredo de Sá	**HABILITADO**
244	Silvia vieira genuel	**HABILITADO**
245	Zeni Baptista	**INABILITADO**
246	MARIANA LAYSSA GAIA BALTHAZAR	**HABILITADO**
247	Juçara Ramalho Bastos	**HABILITADO**
248	Fabiana Vollmann	**HABILITADO**
249	Isabel Cristina dos Santos Conceicao	**HABILITADO**
250	Eduarda Faria da Silva	**HABILITADO**
251	Maria de Fátima da Silva Batista	**HABILITADO**
252	Caroline da Costa Paula	**HABILITADO**
253	Vanderleia Rosa	**HABILITADO**
254	João Teófilo Bernardo Angelo	**HABILITADO**
255	marcelo da silva conceição	**HABILITADO**
256	Jane Santos moura	**HABILITADO**
257	Reinaldo Cândido Inácio	**HABILITADO**
258	Ione de Fátima Moraes	**HABILITADO**
259	Liliane da Cunha de Jesus	**HABILITADO**
260	Isomar da Costa	**HABILITADO**
261	Karina brito	**HABILITADO**
262	Maria Eliane Santos de Morais	**HABILITADO**
263	Alexander ferreira da Silva	**HABILITADO**
264	AUGUSTO STEIN KUCHENBECKER	**HABILITADO**
265	Leonardo Cerutti dos Santos	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

266	Aglaupe de souza	**HABILITADO**
267	Adriana da Costa santos	**HABILITADO**
268	Rosane Barbosa cunha	**HABILITADO**
269	Cosme Fernandes	**HABILITADO**
270	Erica Fonseca Silva	**HABILITADO**
271	Aline Jesus Santos de Alvarenga	**HABILITADO**
272	HEMERSON PEREIRA DE SOUSA	**HABILITADO**
273	Larissa Ramos de Lima Alves	**HABILITADO**
274	Elisa Malafaia Bruno Nazareth	**HABILITADO**
275	Adriana da costa Santos	**HABILITADO**
276	Patrícia Godinho	**HABILITADO**
277	Ana Clara Do Carmo	**HABILITADO**
278	Eliana Braga Líbano	**HABILITADO**
279	Aglaupe de souza chrisostomo	**HABILITADO**
280	Valéria Domiciano de Lima	**HABILITADO**
281	Michael Gomes de Oliveira	**HABILITADO**
282	Karlson Hugo Macedo Borges (Hugo Borges)	**HABILITADO**
283	Ranya Galdino Pereira	**HABILITADO**
284	Luciano José Heffner	**HABILITADO**
285	Marcos Paulo Peres de Souza	**HABILITADO**
286	Michel Ribeiro dos santos	**HABILITADO**
287	Vinicius Peres de Souza	**HABILITADO**
288	DANNIELE de Oliveira Gomes	**HABILITADO**
289	Aniele de Oliveira Gomes	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

290	Laura de oliveira	**HABILITADO**
291	Marília Martins Rosa	**HABILITADO**
292	Thais da Silva Trindade	**HABILITADO**
293	Dandla Cristina Trindade de Aguiar	**HABILITADO**
294	Ester Cristina	**HABILITADO**
295	Marise Reis Teles	**HABILITADO**
296	Jessica	**HABILITADO**
297	Ananias Barbosa de castro	**HABILITADO**
298	Veriane Silva maia	**HABILITADO**
299	Mayara	**INABILITADO**
300	Débora Maria dos Santos	**HABILITADO**
301	Marise Reis Teled	**HABILITADO**
302	Saionara Vasconcellos	**HABILITADO**
303	Glauce da Silva Batista Deodato	**HABILITADO**
304	Adriana de Souza Cordeiro	**HABILITADO**
305	Fernanda Etelvino Cruz Ramos	**HABILITADO**
306	Alessandra Generoso	**HABILITADO**
307	Roselene Lino Ribeiro de Carvalho	**HABILITADO**
308	Andressa Massena da Silva	**HABILITADO**
309	Vanderley	**INABILITADO**
310	Daniela Naiara de Souza	**HABILITADO**
311	Igor Ramos de Souza	**HABILITADO**
312	Gildete de Jesus Coimbra	**HABILITADO**
313	Mirian Ridrigues Sanches	**HABILITADO**

RELAÇÃO DE HABILITADOS E INABILITADOS DE ELEITORES DO CMPCM – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MANGARATIBA BIÊNIO 2025/2027

314	Natan Barbosa Juvenal dos Santos	**HABILITADO**
315	Ana Paula Ragel Silveira de Souza	**HABILITADO**
316	Daniel Ramos Gomes	**HABILITADO**
317	Leonardo Silva Santos	**HABILITADO**
318	Solange dos Santos Fidelis	**HABILITADO**
319	Chéryda Raquel Costa Alves	**HABILITADO**
320	Carla Aparecida Lins Bueno	**HABILITADO**
321	Elizabeth Cecília Mello Coutinho	**HABILITADO**
322	Evandro Ramalho da Silva	**HABILITADO**

Aqueles que estão com o status **INABILITADO**, tem o prazo de 03 dias uteis para mandar e-mail para cmpcm.mangaratiba@gmail.com com recurso.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

PORTARIA Nº 8, DE 27 DE AGOSTO DE 2025

DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO DE ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA AOS INTEGRANTES DA GUARDA MUNICIPAL DE MANGARATIBA E ESTABELECE NORMAS PARA A SUA PARTICIPAÇÃO, VOLUNTÁRIA OU COMPULSÓRIA, NO PROGRAMA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 101 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba,

CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 608.588 (Tema 656 da Repercussão Geral), que reconhece competência às Guardas Municipais para a execução de ações de segurança urbana, inclusive o policiamento ostensivo;

CONSIDERANDO que a atividade de segurança pública, inerente às funções da Guarda Municipal, expõe os agentes a situações de elevado desgaste físico, mental e emocional, potencialmente geradoras de transtornos de saúde psíquica;

CONSIDERANDO o dever constitucional do Poder Público de zelar pela saúde e pelo bem-estar de seus servidores, conforme preceitua o art. 6º da Constituição Federal da República;

CONSIDERANDO que a manutenção da saúde mental dos agentes de segurança é pressuposto essencial para a eficiência do serviço público, a segurança da própria corporação e da população;

CONSIDERANDO a necessidade de se instituir um mecanismo de suporte e acompanhamento psicológico para mitigar os impactos psicossociais decorrentes da atividade profissional;

CONSIDERANDO a competência municipal para organizar e prestar os serviços locais de segurança, nos termos do art. 30, inciso V, da Constituição Federal, e do art. 144, § 8º;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), que em seu art. 4º, inciso VI, estabelece como princípio a "valorização profissional, com garantia de condições de trabalho, capacitação, assistência jurídica, psicológica e social";

RESOLVE:

MANGARATIBA
Av. José Antonio da Costa, nº 6 Praia do Saco – Mangaratiba, RJ
E-mail: guardamunicipal@mangaratiba.rj.gov.br
WhatsApp: (21) 98556-7431

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito de Mangaratiba, o Programa de Assistência Psicológica destinado aos integrantes da Guarda Municipal.

Art. 2º O programa de que trata esta Portaria será intermediado pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito e poderá ser executado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde ou por meio de psicólogo(a) dedicado(a) exclusivamente para este fim, contratado(a) nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde quando for o caso, definir os protocolos de atendimento, a periodicidade das sessões e a equipe técnica responsável.

Art. 3º A participação no programa de assistência psicológica dar-se-á de duas formas:
I - **Voluntária**: a qualquer tempo, por iniciativa do servidor, que poderá solicitar o atendimento por meio de canal específico a ser disponibilizado pela Secretaria, sendo garantida a confidencialidade do pedido. O Servidor será responsabilizado e excluído se faltar injustificadamente a dois atendimentos seguidos ou dois no período de 40 dias contados a partir da primeira marcação.

II - **Compulsória**: quando o servidor for submetido a situações de alto estresse, trauma psicológico, envolvimento em incidente crítico ou qualquer outro evento no decorrer de suas atividades ou em razão delas que, a critério técnico e fundamentado da Secretaria, justifique a intervenção psicológica obrigatória.

§ 1º A participação compulsória será determinada por meio de ato formal e motivado da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, que indicará o servidor para o procedimento.
§ 2º O servidor indicado para atendimento compulsório nos termos do *caput* não poderá recusar-se ao procedimento, sob pena de medidas disciplinares avaliados pela corregedoria.

Art. 4º O atendimento psicológico, quando em caráter voluntário, poderá ser agendado para ocorrer durante o dia laboral do servidor, sem prejuízo de sua remuneração e mediante prévia comunicação e autorização de seu superior hierárquico imediato para o deslocamento.

Art. 5º A recusa injustificada do servidor em participar do atendimento psicológico de caráter compulsório, determinado nos termos do Art. 3º, § 1º, acarretará o seu imediato encaminhamento à Corregedoria da Guarda Municipal para a instauração de processo administrativo disciplinar e a aplicação das medidas cabíveis, nos termos do Estatuto do Servidor Público Municipal.

MANGARATIBA

Av. José Antonio da Costa, nº 6 Praia do Saco – Mangaratiba, RJ
E-mail: guardamunicipal@mangaratiba.rj.gov.br
WhatsApp: (21) 98556-7431

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

Art. 6º Todas as informações e conteúdos tratados durante os atendimentos psicológicos são absolutamente confidenciais, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas de comunicação ao poder público, como iminente risco à vida do servidor ou de terceiros, ou mediante ordem judicial.

Art. 7º O servidor submetido à avaliação psicológica poderá ser considerado temporariamente inapto para o manuseio de armamento de fogo e o exercício de atividades de alto risco, até a emissão de parecer definitivo pela equipe técnica do programa.

§ 1º A avaliação de que trata o *caput* será formalizada em relatório fundamentado, que poderá recomendar o encaminhamento do servidor para avaliação psiquiátrica e junta médica oficial, se necessário.

§ 2º O retorno às atividades habituais, especialmente aquelas que envolvam o uso de força ou instrumentos letais, ficará condicionado à liberação expressa da equipe técnica responsável, que definirá a quantidade de sessões necessárias para a reavaliação.

Art. 8º Cabe à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito providenciar as assistências médicas e psicológicas tratadas nesta Portaria, garantindo a sua efetiva implementação.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANGARATIBA, 27/08/2025

Anderson Brito de Quadros
Secretário de Segurança e Trânsito

Anderson Brito de Quadros
Secretário Municipal de Segurança e trânsito

MANGARATIBA
Av. José Antonio da Costa, nº 6 Praia do Saco – Mangaratiba, RJ
E-mail: guardamunicipal@mangaratiba.rj.gov.br
WhatsApp: (21) 98556-7431

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2025 SMTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10849/2025

Enquadramento legal: *O procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, CAPUT, da Lei n. 14.133/2021.*

Objeto: Contratação de show artístico da **BANDA DOM** dia 08/09/2025, para realização do evento Festa de Nossa Senhora da Guia, como previsto no Calendário Anual de Eventos do município de Mangaratiba, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.

FAVORECIDO:

		PERÍODO EXECUÇÃO: 08 DE AGOSTO					
	ARTISTA A SER CONTRATADO	**EMPRESA FAVORECIDA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE DE DIÁRIA**	**LOCAL A SE APRESENTAR**	**VALOR DIÁRIA**	**VALOR TOTAL**
01	BANDA DOM	FINO TOM PRODUÇÕES E EVENTOS – CNPJ: 19.499.619/0001-10	DIÁRIA	1 (08/09/2025)	MANGARATIBA	R$ 81.192,00	R$ 81.192,00
							R$ 81.192,00

Totalizando o valor de R$ 81.192,00 (oitenta e um mil, cento e noventa e dois reais).

Prazo de execução: 08/09/2025

Dotação Orçamentária:
02.35.01.23.695.0016.2013.3.3.90.39.00

Justificativa:
As inexigibilidades de licitações estão arroladas no Art. 74, da Lei Federal Nº 14.133/21. São situações em que o legislador entendeu que é inviável a competição. Ressalta-se que, em se tratando de Administração Pública, a regra é sempre licitar, como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei, vejamos:

> ***"Art. 74.*** *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
> ***II- contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que***
> ***consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública..."***

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 74, inciso II da Lei n. 14.133/2021.
Tendo em vista os atos em que se verifique a inexigibilidade de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, foi submetido ao crivo de devida justificativa que atesta o referido ato ora praticado.

Mangaratiba, 28 de agosto de 2025.

Vitor Tenório Santos
Secretário Municipal de Turismo e Eventos
Código: 81990

VITOR TENÓRIO SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
Portaria nº: 2058/2025

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

TERMO RATIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10849/2025

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO emitido pela Procuradoria Geral do Município, prevê a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no **art. 74, inciso II** da Lei Federal 14133/2021, que atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações e art. 46 da Lei Complementar Municipal Nº 41, de 31 de Janeiro de 2017, **RATIFICO, ADJUDICO E HOMOLOGO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação conforme **TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2025- SMTE**, conforme abaixo descrito:

Fundamentação legal: **Art 74, inciso II da Lei Federal nº 14133/2021**

FAVORECIDO:

		PERÍODO EXECUÇÃO: 08 DE AGOSTO					
	ARTISTA A SER CONTRATADO	**EMPRESA FAVORECIDA**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANTIDADE DE DIÁRIA**	**LOCAL A SE APRESENTAR**	**VALOR DIÁRIA**	**VALOR TOTAL**
01	BANDAS DOM	FINO TOM PRODUÇÕES E EVENTOS – CNPJ: 19.499.619/0001-10	DIÁRIA	1 (08/09/2025)	MANGARATIBA	R$ 81.192,00	R$ 81.192,00
							R$ 81.192,00

Totalizando o valor de R$ 81.192,00 (oitenta e um mil, cento e noventa e dois reais).

Prazo de execução: 08/09/2025

Dotação Orçamentária:
02.35.01.23.695.0016.2013.3.3.90.39.00

PUBLIQUE-SE.

Mangaratiba, 28 de agosto de 2025.

Vitor Tenório Santos
Secretário Municipal de Turismo e Eventos
Código: 81990

VITOR TENÓRIO SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
Portaria nº: 2058/2025

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal